



**ANÁLISE DE DUAS NARRATIVAS DE HOMENS MOBILIZADOS
PARA A GUERRA COLONIAL PORTUGUESA (1961-1974):**

“Estávamos convencidos que não vínhamos mais”

Sílvia Santos Costa

Orientadora de Dissertação e Professora de Seminário de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA EMÍLIA MARQUES

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Clínica

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professora Doutora Maria Emília da Silva Marques, apresentada no ISPA - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida para a obtenção do grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica

Agradecimentos

À Professora Maria Emília, com olhar único sobre o que é ser “pessoa”, cuja partilha foi inestimável.

Ao Afonso e ao Tomé, que gentilmente aceitaram participar neste trabalho, e que me emocionaram com as suas histórias.

Aos colegas do seminário de dissertação pela partilha de experiências e visões, que tanto contribuíram para a minha formação.

À Ingrid, amigas de todas as horas, mas também uma colega que muito admiro.

Aos meus amigos, que estão sempre lá.

E finalmente à minha família!

O soldado ganha a farda, o homem perde a alma

(Mia couto in mulher de cinza)

Resumo

O presente estudo visa contribuir para a compreensão das vivências subjectivas de homens conscritos mobilizados para a Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974). Recorreu-se ao Método das Narrativas de Associação Livre (Hollway & Jefferson, 2000) realizadas a dois participantes, ambos com 73 anos, mobilizados entre 1972-1974 para Moçambique ou para Angola. A análise das narrativas, orientada pelos postulados teóricos da metodologia proposta, revela que as experiências de guerra dada a sua natureza traumática, desencadeiam alterações à subjectividade dos participantes. Parte das vivências poderão tornar-se irrepresentáveis, dada a dificuldade da mentalização necessária à sua definição e nomeação, processamento e elaboração. Sugere-se que contexto de cada ex-combatente, quer individual, como contextual, poderá contribuir na determinação dos fenómenos psíquicos a que recorrem predominantemente para lidar com as experiências de destrutividade.

Palavras-chave: Ex-combatentes; Experiências Traumáticas; Destrutividade; Narrativa de Associação Livre; Guerra Colonial Portuguesa;

Abstract

This study aims to contribute to an understanding of the subjective experiences of conscript men mobilised for the Portuguese Colonial War (1961-1974). The Free Association Narrative Interview Method (Hollway & Jefferson, 2000) was used with two participants, both aged 73, who were mobilised between 1972-1974 to Mozambique or Angola. The analysis of the narratives, guided by the theoretical postulates of the proposed methodology, reveals that war experiences, given their traumatic nature, trigger changes in the subjectivity of the participants. Some of the experiences may become unrepresentable, given the difficulty of the mentalisation needed to define, name, process and elaborate them. It is suggested that the context of each ex-combatant, both individual and contextual, may contribute to determining the psychic phenomena they predominantly use to deal with experiences of destructiveness.

Keywords: Ex-combatants; Traumatic Experiences; Destructiveness; Free Association Interview Narrative; Portuguese Colonial War.

Índice

Introdução.....	1
Enquadramento Teórico.....	2
Método	9
Análise dos dados das entrevistas	13
Afonso, 73 anos (mobilizado em Moçambique, 1972-1974).....	13
Tomé, 73 anos (mobilizado em Angola, 1972-1974).....	19
Análise dos grandes temas.....	32
Afonso	32
Identidade	32
Guerra, violência e destruição	34
O que faço aqui? – A construção no meio do caos	37
Tomé.....	39
Identidade	39
Guerra, violência e destruição	42
O saudosismo do passado – a continuidade interrompida.....	45
Discussão.....	47
Conclusão.....	53
Referências Bibliográficas.....	55
Anexos.....	57
Anexo A - Consentimento Informado	58
Anexo B - Transcrição da entrevista a Afonso	59
Anexo C – Transcrição da entrevista a Tomé	67

Introdução

A participação num cenário de guerra constitui-se como uma experiência no limite da humanidade com potenciais consequências catastróficas para a subjectividade dos participantes (Pestre, 2014). A violência a que se assiste, da qual se é objecto, ou que se perpetra, encontrará no psiquismo alojamento garantido.

A reflexão sobre a Guerra Colonial Portuguesa tem sido evitada ou “interditada” do espaço e debate públicos, quer do ponto de vista social, mas também do oficial (do Estado). Este silenciamento constitui-se como enorme violência, em adição à violência da própria guerra, para os ex-combatentes que não encontram um “lugar” para elaborar as suas vivências, prejudicando ou impedindo o trabalho de transformação e significação dessas experiências. A solidão da vivência e da marca traumática da Guerra torna-se por isso “re-vivida” em todos os aspectos da vida quotidiana, nomeadamente na família, trabalho e comunidade (Martins, 2015). O repúdio e negação social colectivo da violência, real ou imaginada, origina a clivagem e a projecção da mesma sobre o ex-combatente (Ferrajão, 2015). Campos (2008) recorda, assim, a importância do contexto histórico político e social para que se seja possível a integração das memórias individuais.

Este trabalho não tem como propósito a avaliação ou o diagnóstico de traumas de guerra, contudo, os trabalhos sobre esta temática, sobretudo os que têm em consideração os aspectos metapsicológicos e os da subjectividade dos sujeitos, poderão contribuir para o esclarecimento das temáticas aqui abordadas. Salienta-se, também, que são múltiplos os factores, quer individuais como de contexto, que participam na emergência de situações traumáticas, deverão, por isso, considerar-se as particularidades das vivências subjectivas de cada sujeito. Com este trabalho pretende-se dar voz às vivências de homens que foram mobilizados para a Guerra Colonial Portuguesa, destacando a importância subjectiva das suas experiências.

Enquadramento Teórico

*“A guerra contraria de forma gritante as atitudes psíquicas que o processo cultural nos impõe, e por isso temos de nos revoltar contra ela”
(Freud, 1932/2010)*

Guerra Colonial Portuguesa

A Guerra Colonial Portuguesa decorreu entre 1961 e 1974 em três frentes de combate em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, com confrontos entre as Forças Armadas Portuguesas e os Movimentos de Libertação destes países, tendo terminado com um golpe militar levado a cabo pelo Movimento das Forças Armadas que derrubou o regime em 1974.

Foi uma violenta guerra de guerrilha, iniciada em Angola em 1961, denominada oficialmente como “campanha ultramarina”, sob o mote de propaganda “Para Angola, rapidamente e em força”, na qual foi prontamente estabelecida uma acção armada contra os denominados “terroristas” (Campos, 2008; Furtado, 2012). Em 1963 e em 1964 foram iniciadas novas frentes de batalha na Guiné e em Moçambique, respectivamente.

Esta guerra é indissociável do regime autoritário (Estado Novo) que resistiu à descolonização com recurso ao seu aparelho ideológico, que actuava através de propaganda estatal, censura à imprensa e a sua polícia política, com o objectivo de restringir o conhecimento e a formação de opinião, por forma a promover uma retórica oficial de unidade nacional e harmonia racial (Antunes, 2022). Numa altura em que o colonialismo começava a ser posto em causa internacionalmente, o governo português, acionando a sua máquina de propaganda, substituiu a terminologia de “colónias” pela designação oficial “províncias ultramarinas”, o mesmo se verificou com a expressão “Imperio Colonial Português” que passou a ser oficialmente a ser designado por “Ultramar Português”. (Campos, 2008). Portugal “deixaria” a visão colonialista de si mesmo, transformando-a num Portugal como a uma nação pluricontinental, composta pela “metrópole” e pelas suas “províncias ultramarinas”.

A Guerra Colonial Portuguesa teve inúmeras e profundas consequências humanas. Durante os 13 anos de combates foram mobilizados pelo governo português entre 800 mil e 1 milhão de homens (Campos, 2008; Antunes, 2022; Ferrajão, 2015 e obras aí citadas), dos quais

cerca de 10 mil homens perderam a vida, 40 mil foram feridos ou mutilados e mais de 100 mil soldados diagnosticados com stress pós-traumático (Campos, 2008; Maia et al., 2006).

Guerra, violência e destruição

Qualquer guerra é um evento trágico para os que participam nos combates directamente, para os civis que se encontram em cenários de guerra, e também para as famílias de ambos os lados, sejam actuais ou vindouras, destruindo também os laços comunitários entre os povos envolvidos.

No seu trabalho de 1915 “Considerações actuais sobre a guerra e a morte”, Freud expressa a profunda desilusão pela guerra 1ª guerra mundial que havia iniciado em 1914: *“jamais um acontecimento destruiu tantos bens preciosos da humanidade, jamais confundiu tantas inteligências das mais lúcidas e degradou tão radicalmente o que era elevado”*. Esta desilusão poderá aplicar-se a todas as guerras. De acordo com o próprio, estas são persistentes enquanto existirem tamanhas diferenças nas condições de vida entre diferentes povos, enquanto for atribuído à vida individual humana um valor divergente o valor consoante o grupo de pertença, e ainda enquanto as forças de divisão entre os grupos estiverem assentes em ódios provenientes de forças pulsionais tão intensas (Op. cit.).

Neste texto Freud destaca que as guerras transgridem todos os limites impostos pelo direito internacional. As limitações e normas morais impostas aos indivíduos nas “comunidades civilizadas”, e que são a base da sua existência, são abolidas em tempos de guerra, pelo que o autor sugere que a prática de injustiça é, assim, monopólio do Estado. Acrescenta que a guerra se tornaria um pretexto para a expressão e satisfação temporária das pulsões, contidas por coação externa imposta pela educação, trazendo ao de cima o “homem primitivo” que em nós existe, representando, desta forma, uma involução social (Freud, 2015/2010).

Em 1932, numa carta dirigida a Einstein (“Porquê a guerra?”), Freud discorre sobre a forma como o Direito foi fundado pela transformação do que era em tempos mais primitivos o regime da violência. A violência tem sido usada desde os tempos primitivos como forma de

resolução de disputas por recurso a força física ou pela inteligência, tendo a sua utilização como objectivo o dano ou a paralisação das forças do adversário para que este abandone a reivindicação. É na passagem da utilização da força física *per se* para o uso da violência apoiada na força da inteligência que se funda o Direito. Se a violência de um poderoso pode ser derrotada pela união de vários fracos, o poder daqueles que se mantêm unidos de forma constante e duradoura, permite fundar o Direito (Freud, 1932/2010). Este, constituindo-se ainda como violência, deixa ser a violência de apenas de um individuo, mas da comunidade. A superação da violência é assim conseguida mediante a transferência do poder para uma “entidade” de maiores dimensões (a comunidade), que é por sua vez mantida por vínculos afectivos entre os seus membros. A criação de leis relativas a esta associação, permite manter uma coexistência segura, mediante a renuncia individual à liberdade pessoal de aplicar a violência (Op.cit).

Apesar do processo de civilização pela cultura e a educação, o homem, segundo Freud, mantém a sua natureza primitiva, bem como as suas pulsões e a necessidade de as satisfazer, sendo estas, por efeito da cultura (“coação externa para a moralidade”), inibidas ou desviadas para outras metas e outros âmbitos. Contudo, o processo de aculturação não é integrado da mesma forma pelos diferentes indivíduos (Freud 1915/2010).

Freud conclui que não existem perspectivas para abolir as tendências agressivas do ser humano, na medida em que as pulsões de morte lhe são intrínsecas, sugere, contudo, que estas poderão ser divergidas antes de se tornarem “em guerra”, com recurso ao seu antagonista, as pulsões de vida: *“Tudo que produz laços emocionais entre as pessoas tem efeito contrário à guerra”* (Freud, 2032/2010.).

Reflexos psicológicos da guerra - neuroses traumáticas e de guerra

No seu artigo de 1919 “introdução à psicanálise das neuroses de guerra”, Freud sugere que estas poderão ser compreendidas como neuroses traumáticas cuja emergência foi possibilitada ou favorecida por um conflito no Ego. Freud faz referência aos trabalhos de Karl

Abraham, de Jones, e aos autores citados por este último (i.e. MacCurdy 1918¹, e Rivers²), concluindo que o conflito egóico se verifica entre o “antigo” Ego dos tempos de paz e o recém-formado Ego-de-guerra do militar conscrito, i.e. que foi convocado para prestar o serviço militar, já que para Freud, este conflito do Ego se encontra ausente em militares profissionais. A percepção de perigo de vida, bem como as exigências impostas ao seu duplo parasitário, Ego-de-guerra, desencadeia no “antigo” Ego uma fuga para a neurose traumática como defesa em relação ao primeiro, percebido como ameaçador. Freud destaca que as neuroses traumáticas também ocorrem em tempos de paz, sendo distintas das neuroses de guerra, na medida em que, apesar de também se desenvolvem como resultado de um perigo externo (e.g. um choque, um acidente grave, etc.), não implicam um conflito do Ego. O autor vai mais longe, considerando que nas neuroses de guerra, em contraposição às neuroses traumáticas, mas analogamente às neuroses de transferência, o que é temido é na realidade um inimigo interno, constituindo-se a libido como “inimiga” no caso das neuroses de transferência, e o “novo” ego militar nas neuroses de guerra (Freud 1919/2010).

No Congresso Psicanalítico Internacional de Budapeste, em 1918, realizou-se um simpósio sobre a psicanálise das neuroses de guerra, com comunicações de Ferenczi, Abraham, Simmel e Jones (1921/2017), a partir dos trabalhos com pacientes ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial (2014-2018).

Abraham (1918/2017) tal como Ferenczi, sugere que os soldados têm que renunciar a todos os privilégios narcísicos, sendo as condições de guerra um ataque a este narcisismo, na medida em que têm que estar preparados para o auto-sacrifício incondicional a favor do grupo. Contribuem também para a regressão do ego a posições narcísicas, as condutas activas impostas durante o período de guerra aos combatentes: exige-se que estejam preparados para desferir actos agressivos, assim, para além da prontidão para morrer, é-lhes exigida a prontidão para matar.

Ferenczi (1916/1992, 1918/2017) sugere a existência de dois tipos de neurose de guerra, que resultariam da excessiva estimulação do aparelho psíquico para além da sua capacidade de elaboração e integração: uma com características semelhantes à histeria de

¹ MacCurdy, J.T. (1918). War neuroses. Cambridge University Press.

² Rivers W. H. (1918). The Repression of War Experience. *Proceedings of the Royal Society of Medicine*, 11(Sect Psych), 1–20.

angústia (com sintomas fóbicos por forma a evitar e emergência da angústia) a outra à histeria de conversão (por deslocamento dessa angústia para o corporal). São também descritos casos em que uma combinação das duas é verificada. Ferenczi adianta como hipótese que estes traumatismos resultariam de uma “ferida” narcísica do Ego como resposta à excessiva “estimulação”, que conduziriam a uma regressão do ego a fases de desenvolvimento anteriores, quer do ponto de vista quer ontogenético, como filogenético. Ferenczi (1916/1992, 1918/2017). Este autor, com base nas hipóteses de Freud do seu trabalho “Recordar, Repetir e Elaborar” (1914), que introduz o conceito de “compulsão à repetição (elaborado em maior profundidade em 1920 em “Para Além do Princípio do Prazer”), reafirma que a sintomatologia (e.g. emergência de conteúdos somato-sensoriais e sonhos) é criada pela própria psique como forma de reactivação e revivência do medo, representando a emergência de fragmentos do vivido não elaborado, constituindo-se assim como tentativas espontâneas de “cura” (i.e. tentativa inconsciente de elaboração, no plano fantasmático) por parte do sujeito.

Assim, em termos psíquicos, a vivência traumática, implica uma excitação excessiva, para a qual o sujeito sente que não dispõe dos meios adequados para definir, nomear, processar, transformar, elaborar ou escoar psiquicamente, correspondendo a uma disrupção de organização psíquica, nem sempre de ordem consciente, identificável, compreendida e comunicável pelo próprio sujeito (Aragão Oliveira, 2022).

Alguns autores dão enfoque às repercussões de irrepresentabilidade da experiência traumática sobre a capacidade do sujeito de recordar, salientando os processos de comprometimento da memória.

Pestre (2014), partindo do seu trabalho dedicado às experiências traumáticas com refugiados, infere que o que não é metabolizado psiquicamente não desaparece do psiquismo, tornando-se, pelo contrário, omnipresente. Já que as experiências traumáticas conduzem a invasões desse passado irrepresentável. Os processos de clivagem são frequentemente observados em situações traumáticas, que se estabelecem por forma a evitar a fragmentação psíquica durante a experiência traumática. Quando o Ego é submetido a uma clivagem, o material psíquico negado coexiste com outra parte que tolera a realidade. Este processo permite proteger a subjectividade do sujeito, mas compromete o advento da mentalização necessária à elaboração dos conflitos psicológicos.

Nas situações traumáticas são comuns as alterações nos processos de memória imediata, as perturbações da atenção e o empobrecimento da capacidade cognitiva, que se desenvolvem como forma de “ligar” o fluxo de energia gerado pelo acontecimento traumático. Ainda, num mesmo indivíduo, podem surgir “excessos” de memória ou hipermnésias, muitas vezes alternados com défices de memória (Pestre, 2014). Num lugar de irrepresentabilidade, o corpo poderá desempenhar o papel de porta-voz, encarnando o principal meio de comunicação do sujeito cuja linguagem foi por vezes parcialmente abolida. Como carapaça de sobrevivência contra o estilhamento traumático, o corpo torna-se um lugar privilegiado de condições traumáticas (op.cit).

Verifica-se frequentemente, a representação da experiência traumática através da emergência de conteúdos somato-sensoriais, que conduzem à perda dos domínios da subjectividade e da intersubjectividade, e à instauração da objetivação na representação da experiência, sendo estabelecida uma equivalência entre a percepção e a interpretação das experiências traumáticas (Ferrajão, 2015 e trabalhos aí citados).

Consequentemente, a vivência traumática não representa somente uma perturbação da economia psíquica ou uma alteração do equilíbrio dinâmico, mas também estão envolvidas circunstâncias que afetam a integridade e a coesão do Eu, geram elevados níveis de ansiedade e são acompanhadas de um sentimento de estar profundamente indefeso, sob o impacto de um esmagador sentimento de impotência e de um desamparo tremendo (Alayarian, 2011 cit. por Aragão Oliveira, 2022).

Varvin e Rosenbaum (2015 cit. por Ferrajão, 2015) sugerem que a traumatização reflecte uma perturbação da interacção dialéctica entre as posições esquizo-paranóide, autístico-contígua e depressiva, sendo esta perturbação desviada no sentido das modalidades pré-simbólicas da experiência esquizo-paranóide e autístico-contígua (Rosenbaum & Varvin, 2007), representando desta forma a dissolução dos limites do Eu-corporal e dos limites protectores da pele psíquica (Ferrajão, 2015). Na posição esquizo-paranóide, o objecto é percebido como clivado ora num objecto totalmente bom, ora num objecto completamente mau, sendo o objectivo do Eu a união total com o objecto ideal, por forma a aniquilar o mau objecto e as partes más do Eu (Klein, 1946). A clivagem e a projecção de partes más do Self originam intensas ansiedades paranóides na relação com os objectos resultantes da percepção das partes agressivas do Self depositadas nos objectos como persecutórias e

ameaçadoras ao tentarem em retaliação causar a aniquilação do Self (Hinshelwood, 1989 cit por Ferrajão 2015). Nos casos de traumatização, o dano, ou ausência, na representação de um bom objecto interno origina o fracasso na representação das experiências traumáticas, contribuindo para a manutenção da perturbação da identidade do indivíduo (Ferrajão, 2015 e autores aí citados).

Para Ferrajão (2015) o processo de traumatização implica um dano na identidade do ex-combatente associado à dissociação do Eu nuclear e à discrepância entre as representações do Eu, dos outros e do mundo, e o sistema de representações globais do Eu. O autor propõe que a falha na função simbólica, por acção de processos intrapsíquicos, inter-relacionais e sociais de restrição, repúdio e silenciamento dos conteúdos mentais associados à traumatização, origina a dissociação do Self nuclear, a dissociação das representações associadas à traumatização das restantes partes do Self, e a dissociação entre o Self corporal e mental.

Nos casos em que o psiquismo de um sujeito é submetido a uma violência "extrema", os processos de integração e de subjetivação podem ser profundamente dificultados. Nestes casos, distanciamo-nos das "rupturas de subjetivação" que podem perturbar durante algum tempo a dinâmica interna do sujeito. Deverão ser sim considerados os processos de dessubjectivação, que implica a dificuldade, ou mesmo a impossibilidade, de ter em conta novos constrangimentos, sejam eles internos (pulsionais) ou externos (do meio) (Pestre, 2014).

Neste sentido, Douville (2003) afirma: *“os traumas de guerra encontram-se situados na interface resultante de um duplo movimento de destrutividade: a destrutividade das simbolizações plurais e culturais, e a destrutividade dos fundamentos subjectivos individuais”*.

Método

Tipo de estudo

Neste trabalho, por forma a atingir os objectivos propostos, que implicam aceder à subjectividade dos participantes, homens com vivências de mobilização para a Guerra Colonial Portuguesa, optou-se por metodologia de natureza qualitativa.

O paradigma psicanalítico encontra-se fundado noutros paradigmas nomeadamente: o de sujeito (i.e. sujeito vivência e sujeito-relação), o de intersubjectividade (transferência e contratransferência), o de compreensão, de interpretação e de reconstrução, e cumpre-se sobre material essencialmente verbal, portanto simbólico (Marques, 1999/2001). No contexto subjectivante, a singularidade do sujeito emerge, *“escondendo-se ao dizer-se e manifestando-se ao esconder-se”* (op. cit.).

Nas palavras de Rosado, Neves & Marques (2015), *“o psiquismo humano entendido como campo em que se inscrevem duas lógicas radicalmente diferentes, a lógica do consciente, racional – submetida ao princípio da realidade, em que o tempo, o espaço, o princípio da não contradição e do terceiro excluído são os organizadores fundamentais – e a lógica do inconsciente – organizada em torno do princípio do prazer, uma lógica em que algo pode ser e não ser simultaneamente, da qual está ausente a linearidade espaço-temporal”*.

O objecto psicanalítico (i.e. a dimensão inconsciente da dinâmica psíquica), constitui-se numa situação relacional promotora de uma comunicação em associação livre, e pode ser apreendido com recurso à atenção flutuante. A aproximação aos conteúdos inconscientes (latentes) é possível com recurso à análise, por interpretação das cadeias associativas e da relação transfero-contratransferencial estabelecida. A interpretação, informada por modelos teóricos, visa explorar vértices de significação latentes no conteúdo manifesto, que é multideterminado e multissignificante, referente sempre à singularidade do encontro entre as duas subjectividades, de participante e observador. Assim, a compreensão da dinâmica entre a lógica consciente e inconsciente apresenta sempre um carácter de aproximação (op. cit.).

Instrumento

Para a presente investigação utilizou-se o Método das Narrativas de Associação Livre (FANI – Free Association Narrative Interview), desenvolvido por Hollway e Jefferson (2000). Esta metodologia encontra articulação com a concepção teórica do objecto de estudo enquanto sujeito psicológico, e coerente com a especificidade da epistemologia psicanalítica, que assenta no uso da subjetividade do sujeito como um instrumento de conhecimento.

A entrevista FANI tem em consideração a natureza “defendida” do sujeito, assim como do observador. Os autores sublinham que a emergência de defesas inconscientes espoletadas pelo manejo de conflitos inconscientes afectam a forma como os sujeitos constroem as suas narrativas. Neste contexto, reconhecendo a importância da dinâmica inconsciente, a abordagem proposta por Hollway e Jefferson, rejeita as lógicas de estruturação, diretividade e codificação interpretativa, e assenta em duas premissas de base que têm em consideração a emergência dessas defesas: a *gestalt* e a associação livre.

A premissa da *gestalt* pressupõe uma abordagem holística do sujeito, no qual se procura garantir a manutenção do quadro de significado dos participantes, em detrimento do do investigador, quer na fase de entrevista, como na de análise. Na primeira, o participante assume um papel de contador da estória da sua experiência e o entrevistador um papel de indutor de estórias e de ouvinte, cuja intervenção, se necessária, deverá garantir o ecoar da ordem e da terminologia utilizada pelo próprio entrevistado. Importa para o processo de análise da narrativa, no âmbito de uma abordagem que privilegie a *gestalt*, a manutenção do conjunto de dados que constituem a unidade global de análise, o todo do relato, nomeadamente aquando do estudo das suas partes, com especial enfoque para a sequência de associações que o compõem.

A premissa da associação livre pressupõe que a narrativa, como estória produzida pelo entrevistado em total liberdade, não seja estruturada de acordo com a lógica consciente, mas sob a lógica do inconsciente, e cujas associações sejam definidas por motivações emocionais ao invés de intenções racionais. Neste sentido, deverá ter-se em atenção as incoerências da narrativa, nomeadamente as contradições e conflitos, as omissões, os evitamentos, bem como mudanças no tom emocional.

Assim, de forma a manter o material o mais fiel possível à subjetividade do sujeito, os autores propõem quatro princípios fundamentais na condução da entrevista: 1) a utilização de questões abertas; 2) a elicitação de histórias; 3) evitar as questões “porquê”; e 4) acompanhar a narrativa procurando ecoar a ordem e terminologia do sujeito (Hollway e Jefferson, 2008).

Participantes

Fizeram parte do presente estudo dois participantes do sexo masculino, tendo o critério de selecção sido a sua mobilização para a guerra colonial decorrida entre 1961 e 1974. Os nomes foram alterados para garantir o anonimato.

Afonso (73 anos), original de Lisboa, foi mobilizado para Moçambique com 21 anos, como furriel miliciano de transmissões cripto. A sua comissão teve início em 1972 e a duração de 24 meses. Quando foi mobilizado tinha o equivalente ao 9º ano de escolaridade (curso de montador electricista), actualmente tem o 12º ano.

Tomé (73 anos), original de Silves, foi mobilizado para Angola com 22 anos, como furriel miliciano. A sua comissão teve início em 1972 e a duração de 24 meses. Quando foi mobilizado tinha o equivalente ao 9º ano de escolaridade (curso de formação de serralheiros).

Procedimento de recolha de entrevistas

O contacto dos participantes foi obtido através da rede de contactos da entrevistadora. Os participantes foram contactados telefonicamente pela entrevistadora que lhes explicou o objectivo da investigação, tendo estes aceitado ceder uma entrevista. As entrevistas foram recolhidas na residência dos participantes, tendo a hora, data e local sido as convenientes para cada entrevistado. Antes de serem iniciadas as entrevistas o propósito da investigação foi explicado a cada participante. Foi ainda solicitada a autorização para a gravação do áudio da entrevista. Cada participante foi informado que esta serviria exclusivamente para efeitos de transcrição, e que seria posteriormente eliminada. Obtido o consentimento informado (Anexo A) deu-se início à entrevista.

Na primeira entrevista foi utilizada como questão inicial: *“quer contar-me a sua história de como foi ter crescido com a expectativa de ir para a guerra colonial, de ser destacado para*

a guerra colonial?". Em discussão com o grupo de trabalho verificou-se que a formulação da pergunta remetia para diversos aspectos das vivências. Apesar da abrangência da questão colocada, o participante circunscreve a sua narrativa à sua experiência na guerra colonial.

Optou-se na segunda entrevista por delimitar a pergunta, tendo nesta sido usada: "*Quer contar-me a sua história na guerra colonial?*", permitindo que o participante expresse o que desejar, direccionando livremente a sua narrativa subjectiva.

Procedimentos de análise

As entrevistas foram transcritas integralmente (Anexos B e C), tendo a análise das narrativas sido efectuada em dois momentos distintos, de acordo com o método de associação livre proposto por Hollway & Jefferson (2000). Primeiramente, foram lidas em voz alta, pausadamente, pela entrevistadora perante o grupo de constituído pela orientadora e pelos estudantes do seminário de Dissertação. Foi proporcionando um espaço de abertura para que os membros do grupo pudessem intervir de forma livre, e que pudessem destacar o que lhes era evocado pelo conteúdo da narrativa.

Numa segunda fase, as narrativas foram analisadas detalhadamente pela entrevistadora, tendo sido seleccionadas as temáticas mais relevantes e agrupamentos dos conteúdos de acordo com os três grandes temas: 1) identidade; 2) guerra, violência e destruição; 3) o que faço aqui?

Análise dos dados das entrevistas

Afonso, 73 anos (mobilizado em Moçambique, 1972-1974)

À questão aberta “quer contar-me a sua história de como foi ter crescido com a expectativa de ir para a guerra colonial, de ser destacado para a guerra colonial?”, Afonso recorre à expressão “isto é assim!” para iniciar a sua história e dar conta que tinha a sua vida organizada - “*eu andava embarcado na marinha mercante (...) na altura... (limpa a garganta) já namorava a Ivete*” -, deixando transparecer o desejo de escapar à guerra contido na apreciação de múltiplas “hipóteses”- “*havia uma hipótese de fazer seis anos na União Mercante, mas só havia a hipótese de abertura. (...) ... e a melhor hipótese era, realmente... e eles não me excluía a situação de eu ir... (limpa a garganta) cumprir o serviço militar*”. Contudo, sem real “hipótese”, anuncia o inevitável - “*então acabei por ir cumprir o serviço militar*”.

Conta que iniciou o serviço militar no dia 12 de Janeiro de 1971 na escola de Sargentos de Santarém, seguida de uma descrição muito pormenorizada de todo o seu percurso de “*pré-preparação antes de irmos embora para o Ultramar*”: “*Fui para escola de Sargentos em Santarém (...) tirar a recruta de instrumento de Sargentos. Depois (...) fui para a especialidade para o CISMI em Tavira tirar transmissões (...) E saí de Tavira fui para a Escola Prática de Infantaria em Mafra, dar instrução a cadetes. (...) Depois saí de Mafra e fui para o Batalhão Sapadores 5 de Campolide (...) dar escola a radiotelegrafistas, a telefonistas e um pelotão-ar. (...) Depois saí dali e fui para fazer o IAO (Instrução de Aperfeiçoamento Operacional). (...) Fomos para Évora*”. A descrição exaustiva dos locais e da função que desempenhou em cada um deles parece mostrar esta necessidade de atrasar o “*irmos embora para o Ultramar*”. Esta formulação é muito significativa, já que “ir embora” exprime a ideia de retirada, de que se parte de um lugar considerado seu, sem a garantia de retorno. A ideia do não retorno surgirá ao longo da narrativa.

Afonso revela ainda que “*Depois numa altura em que estava como Sargento de Dia... não cumpri as 24 horas como Sargento de Dia... fui apanhado com um castigo de 10 dias*”.

detenção". A transgressão denuncia a actuação (*acting-out*) do seu desejo de escapar, mas tal como em relação ao Ultramar, dá-se a inevitabilidade do "castigo" ("*fui apanhado*").

Recorrendo a mais uma precisão indica o dia da partida para Moçambique "*embarcámos no dia 12 de Janeiro de 1971*". Curiosamente, esta foi indicada como a data de início do serviço militar. A igualização entre as datas parece denotar que "*o castigo*" começou no momento em que aquilo que ele tentou evitar foi não evitável. Já após a entrevista revela que esteve em Moçambique de 1972 a 1974, o que se encontra congruente com outras datas referidas no discurso (e.g. veio a Portugal em Maio de 73 para casar).

Conta que foram para Moçambique no navio Niassa, e destaca que desde logo, que não tinham todos as mesmas condições – "*Os Soldados e mais os... Cabos... os Cabos dormiam no porão, e os Sargentos e os Oficiais da Marinha dormiam na parte de camarotes. Aí já havia distinção, relativamente, nas categorias do batalhão*". Esta "*distinção*" reflexo do sentimento de desigualdade, mas sobretudo de desprotecção, revelar-se-á importante no final da narrativa.

Já no "*Ultramar*" anuncia: "Chegámos a Angola. Fomos a Angola, Luanda... tivemos logo um morto lá. Com febre tifoide". Nas suas palavras, aquela terra era perigosa, bastava lá chegar para se poder morrer.

Segue-se uma descrição minuciosa de todo o percurso - "Depois fomos directamente para Lourenço Marques, (...) e depois (...) fomos para a Beira, (...) embarcámos logo de comboio para (...) Moatize (...) Tete (...) e embarcamos no outro dia numa coluna e fomos para Cazula.

As descrições rigorosas dos momentos que antecedem a partida de Portugal e a chegada a África, não só as "*retardam*", mas também evidenciam o silenciar das emoções, dos sentimentos que não puderam ser elaborados, que não puderam, nem podem ser ditos ou sequer pensados. Ainda, perante o imenso choque da chegada àquele lugar, Afonso desloca e condensa a estranheza sentida para os aspectos objectivos como a dimensão da cidade e o clima: "*Tete era uma cidade muito pequena, era uma cidade muito pequena, com muito calor*". Expressa as preocupações sobre o perigo e as condições militares proporcionadas (e.g. preparação militar, equipamentos e recursos disponíveis) através das condições para dormir - "*Nessa noite, não dormimos nas camaratas, nem nada. Dormimos no chão, em tendas de campanha*".

A referência ao chão onde dormiram, e a fragilidade inerente às tendas de campanha, se pensada como “envelope”, põe a descoberto a vulnerabilidade em que se encontravam e o potencial de Tete como uma cripta, sentida como exígua e sufocante.

A chegada ao destino revela que já haviam partido despreparados – *“Fomos para Cazula com pouca experiência de guerra e tal”*. Perante o primeiro encontro com o “inimigo” destaca a distância a que ocorreu, por agora “longe”, e o facto de o perigo ser concreto e não um “jogo imaginado” - *“Tivemos um primeiro contacto logo com inimigo, mas foi de longe. Foi apenas... não foi simulação, foi real, mas longe... foi longe”*. Na sequência do discurso desvia, novamente, a atenção para as condições objectivas do local que os recebia *“E dormimos uma noite no mato num destacamento e... num destacamento que também não tinha condições nenhumas”*.

Já de dia, e após renderem o batalhão em Cazula menciona o que existia no local: *“tinha um posto Administrativo onde havia um Administrador nomeado pelo Estado (...), um posto de um individuo da PIDE, e tinha dois cantineiros e não tinha mais nada”*. Abre então caminho para a missão da companhia que integrou que *“era criar novos aquartelamentos, alargar e criar melhores condições para quem lá fosse. E nós fizemos isso!”*. Ao longo da narrativa foca-se múltiplas vezes no propósito da sua ida destacando a “criação”, o “melhoramento”, num claro movimento que se contrapõe não só à inexistência de condições, como à destruição a que assistiam.

Antes de narrar a partida para uma nova região de Moçambique sumariza: *“Tete era uma zona muito complicada (...) era uma zona 100%, e então... era normal que eles muitas vezes atacassem a população, e assim sucessivamente”*, destaca a contribuição dos operacionais da sua companhia - *“Saímos dali, já tínhamos desenvolvido muito trabalho lá”* – e faz o balanço destacando que as perdas não tinham sido mortes - *“Tivemos 3 baixas, não foi mortes. Foram 3 baixas, mas não foi mortes”*.

Foram de seguida para Sabondo, onde *“havia sempre muita actividade na parte da FRELIMO”*. Conta que durante a viagem *“tivemos duas viaturas minadas”*, e reforça, novamente: *“mas só tivemos feridos, não tivemos mortos”*. Destaca ainda que nesse episódio não esteve presente *“Essa viagem não fiz porque vim de férias”*. Por agora, o perigo ainda se encontra a meia distância...

Afonso refere que *“Sabondo é que foi o pior...”*. Começa, mais uma vez por dizer que *“Quando lá chegámos não havia nada. Tivemos de arranjar condições”*. Aí eram abastecidos por colunas, acrescentando que militares e civis se encontravam em conjunto, *“era tudo misturado”*. Perante isto convoca um movimento de ordenação - *“havia sempre um comando na coluna (...) um furriel que orientava... que punha disciplina (...) e não... de modo a que... não houvesse... relativamente uma desordenação... impor relativamente uma... um lugar de disciplina na... naquilo”*. As hesitações e perda de articulação do discurso fazem antever o adensamento da narrativa (e da história), e fazem transparecer a falta de controlo sentida por Afonso. A *“mistura”* aqui referida, por agora apenas entre os militares e a população, estender-se-á ao *“inimigo”* – *“entretanto, o pessoal da FRELIMO infiltrou-se dentro da população. (...) Nunca soubemos quem era. Era difícil!”*. Passará a não conseguir distinguir quem é quem, deixando de saber em quem poderia confiar, aumentando a sensação de desconfiança de perigo.

No seu discurso, os momentos de grande tensão e perigo são geralmente seguidos por uma situação de contraponto, nas quais são mencionadas o *“colocar em ordem/manter a disciplina”* ou o *“apoio”*, como que para conter o que não pode ser dito ou admitido.

Conta que durante as colunas, na viagem de ida eram cautelosos e faziam *“a picagem”* do terreno para garantir o despiste de minas, mas que no regresso *“em vez de irmos a picar, já vínhamos quase em rebenta minas”*. Numa dessas situações a coluna fez activar uma mina e sofreram uma emboscada. Perante este cenário tenta desvalorizar o que foi sentido referindo-se à situação como *“foi assim um bocado doloroso”*. Na sequência, menciona *“Tínhamos ali um apoio, tínhamos um enfermeiro (...). E tínhamos outro enfermeiro de outra companhia (...) tínhamos um médico que ia lá... duas vezes por mês (...), o Dr. Sereno. Já não está cá (comove-se)”*. O nome do médico é também simbólico, e salienta a falta de serenidade daquele período.

Deixa, contudo, transparecer a vulnerabilidade sentida em relação aos *“apoios”* no relato seguinte, em que descreve que *“Por volta das 5 horas da manhã”* - destaca-se mais uma vez a precisão como forma de contenção psíquica - *“uma senhora foi minada, com uma mina anti-pessoal... ficou sem uma perna. E um dos furriéis foi acudir, juntamente com o enfermeiro e ficaram lá os dois”*. Se repararmos, até o *Dr. Sereno* *“Já não está cá”*. Eles próprios eram vulneráveis enquanto apoio a outras companhias quando estas sofriam ataques, como se

perante aquelas circunstâncias ninguém conseguia ajudar ninguém e sair ileso. Os comentários deixaram de ser suavizados e passa a ser permitido expressões como: “Era terrível”, “Foram atacados e tiveram muito mal, por acaso, tiveram muito mal”.

Antes do último período de 7 meses de comissão diz que veio casar a Portugal em Maio de 73. Aquando do regresso a Moçambique, conta que “estava previsto sermos rendidos... para irmos nessa altura para outro aquartelamento fora das zonas 100%, mas houve uma companhia que teve muitas baixas, e nós tivemos de nos manter ali. Entretanto piorou-se mais”.

Denuncia a disparidade das forças e revela o reforço militar da FRELIMO, com a renovação do equipamento de defesa proporcionado pela Rússia e o início da utilização de mísseis. Já Portugal, de acordo com ele “Em que nós não fomos... nós não fomos... Portugal não foi bem preciso em renovar o nosso equipamento de defesa”. Não faz quaisquer comentários sobre esta falta de investimento português, relata apenas. Como se não pudesse ousar a crítica.

Esta transparece a partir de um acto falhado no qual revela que “eles”, os dirigentes portugueses que tomavam as decisões - “ele assim entendeu no seu belo entender que todas essas companhias que vinham, vinham para render aquelas que tinham mais baixas” - , e que “estavam derrotados”, são distintos do “nós” que estavam no terreno e que poderiam morrer - “muitas baixas de muitos portugueses que já tinham falecido lá”. Esta remete-nos para a “distinção” nas “categorias” sentida, na viagem com destino a Moçambique, como potencial injustiça.

Descreve, então, um cenário de horror, no qual a palavra “mortos” já não consegue ser estancada – “naquele destacamento na cidade de Tete via lá todos os dias a aterrar helicópteros a levarem mortos”. Destaca que apesar de terem uma pulseira de identificação, “Muitas vezes até descobrimos que não era o nome deles, não é... Não havia controlo...”. Só poderá imaginar-se (se se for capaz) o impacto que um cenário assim tem em alguém... Perante a amálgama de cadáveres acumulados, empenha-se em proteger-se recorrendo de seguida a um lugar resguardado, no qual só ele e o comandante entrava, o centro de CRIPTO, no qual ele tinha importância e fazia a diferença, já que admite que só ele conseguia decodificar “as mensagens assim mais sofisticadas e que estavam praticamente indecifráveis”.

O anúncio do regresso chegou, após o 25 de Abril, mas a incredulidade reinava tendo sido múltiplas vezes reiterada: *“Todos nós estávamos convencidos que não vínhamos mais. Não acreditávamos...”*, *“a gente só acreditou quando...”*, *“ninguém acreditava, estávamos convencidos que íamos para Angola”*.

O retorno foi assim descrito: *“quando chegámos a Portugal. Era muito tarde... Acho que era meia noite ou uma coisa assim. Mas, pronto, chegámos aqui muito mal. Foi um bocado... foi um bocado difícil. Não foi só para mim, foi para todos os que lá estavam...”*. Esta sequência repetida, quase até à exaustão, esconde “o avassalador” que não pode ser falado. Diz juntar-se regularmente num convívio com Furriéis e com Oficiais, começando por dizer *“ainda hoje falam nisso”* a respeito destes últimos tempos. Mas mais à frente admite: *“Claro, a gente evita falar nisso, claro. Não vale a pena...”*. Acrescenta ainda que *“Mas viemos assim muito mal. Aqueles últimos dias foi mesmo assim muito mal, muito mal mesmo. Pronto é isto!”*. Faz, então, o balanço detalhado de vítimas.

Como forma de protecção descreve a estratégia que usavam para “se safar” indo para a cidade mais próxima, e com menor perigosidade em relação ao aquartelamentos onde se encontravam, para “descarregar o stress” e onde conseguiam falar com a família.

Quando questionado sobre como foi enquanto crescia, antes de ir para Moçambique, refere que *“ninguém está preparado, não é? Para estas coisas. Ninguém pensou o que é aquilo, não é?”*. Dá nota que não se sabia em Portugal o que se passava por lá - *“ouviam-se falar na guerra do Ultramar, mas muita gente não pensava”* – destapando a eficiência da máquina de propaganda do Estado Novo. Faz ainda a distinção entre quem foi para regiões com menos perigosidade, *“menos assanhadas”* e quem *“está no meio do mato, juntamente com a população. Não tem nada, não tem alimentação, não tem nada”*. Posto isto regressa ao discurso sobre a sua função na criação e melhoramento de condições quer para os militares como para a população, referindo novamente o local onde dormiu – *“E chegámos a dormir dentro das trincheiras”*. Volta a relatar um episódio no qual um colega, que estava a jogar futebol num campo por eles construído, é atingido por tiro sem origem conhecida, reforçando que os perigos estavam em todo lado e surgiam quando menos se esperava.

Termina aliviando a tensão *“E depois, normalmente uma vez por semana recebíamos as cartas”*. O avião trazia as da família e levava as deles de regresso. Conta que se protegiam

uns aos outros “andávamos sempre a tratar uns dos outros”, na expectativa de receber as cartas. E remata: “Era... era a nossa vi(da)... e quando não havia, paciência! Tínhamos que aguentar. Era... era uma situação muito difícil e ainda bem que aquilo acabou. E assim... muito, mas mesmo muito difícil...”.

Tomé, 73 anos (mobilizado em Angola, 1972-1974)

Face à questão “Quer contar-me a sua história na guerra colonial?”, Tomé iniciou o seu discurso em voz conjunta com recurso à primeira pessoa do plural “nós”. Refere-se à formação do grupo (batalhão) no qual ficaria integrado e anuncia a mobilização para a guerra colonial, bem como o nome do navio que os transportou - “*Nós no início, assentámos praça cá em Portugal. Depois formámos batalhão em Santa Margarida e depois fomos mobilizados para Angola. E a partir daí, o batalhão, depois de estar formado, embarcou no cais de Alcântara no navio que era o Vera Cruz*”.

Comunica que “*Logo aí começou a guerra para nós, não é?*”, enumerando as tarefas que tinham que cumprir “*já fazíamos serviços, rondas durante a noite, durante o dia, visitar as casernas*”; e denunciando as condições adversas e com pouca dignidade que eram proporcionadas a alguns dos soldados: “*Deu-me muita pena. Ficámos logo muito revoltados foi de ver alguns soldados ficarem no porão do navio. (...) Eles punham as camas desde cá em baixo até lá em cima. Tinha, sei lá umas 6, 7 ou 8 camas. E tinham de subir e dormir ali. O espaço era todo aproveitado, não é?*”. Continua a descrição vivida da situação, dando conta do “amontoado” humano e de como todos eram afectados pelo mal-estar de apenas um - “*quando algum começava a “lançar fora” lá em cima, apanhava os outros todos e punha tudo maldisposto*”.

Tomé destaca a assimetria no tratamento entre homens mobilizados referindo-se a “alguns soldados”, revelando em voz própria o sentimento de sofrimento e compaixão, “*Deu-me muita pena*”, mas deixando para a voz colectiva o sentimento de reprovação, “*Ficámos logo muito revoltados*”.

Tomé recorre a uma imagem bastante simbólica para se referir à saída do território “conhecido” e entrada no território desconhecido, enfatizando as condições atmosféricas adversas: “*Quando a gente entrou ali... foi no mar dos Açores ou da Madeira... apanhámos*

mau tempo. Na parte de cima, no tecto do navio havia uma porta gigante, grande, onde entrava o ar. Eles foram obrigados a tapar para a água não entrar". A partir dali, a porta que inicialmente foi designada como "gigante", depois como "grande", havia sido "tapada", e nas suas palavras "Ora... a partir daí ainda foi pior! Que era o calor das máquinas, com o calor do ambiente...". Destaca-se o recurso às condições atmosféricas como forma de deslocamento do mal-estar e incomodo perante toda a situação. Poderemos questionar-nos sobre o que terá ficado por verbalizar (ou talvez por pensar e elaborar) acerca do propósito daquela viagem para si e os sentimentos e pensamentos decorrentes da mobilização para a guerra colonial.

À chegada a Angola destaca a estupefacção que sentiu perante a reacção da população "*Eu que pensava que era bem recebido, fui mal recebido pela população*". A partir da sua admiração poderá deduzir-se que Tomé considerava que a sua ida para Angola teria como propósito defender o "território Português e "ajudar a salvar" a população dos "terroristas" (referidos mais tarde na narrativa). Este relato demonstra também "confusão" entre o "lá" e o "cá": «"eh... venham para o Puto!" Eles chamavam Puto a Portugal. "Não fazem cá nada!"», denunciador de lugares pouco definidos para Tomé.

Na altura, Portugal era apresentado como possuindo províncias ultramarinas, o que poderá explicar esta confusão, contudo a imagem anterior na qual refere que a partir do mar dos Açores ou da Madeira "*ainda foi pior!*" contraria a estabilidade da representação de um Portugal unificado. Esta poderá representar uma fonte de conflito colocando a nu a sua representação sobre as diferenças existentes entre os distintos territórios "Portugueses" e os seus habitantes. A partir da sua narrativa, Angola era um local estranho, seja pelo seu território, pelo clima, mas também pela sua população ("os civis", supondo-se que seriam negros). A sua "casa" haveria ficado para trás do mar dos Açores ou da Madeira.

Verifica-se ainda a sua necessidade de distinção e separação entre eles, militares portugueses, e a população negra angolana quando indica que "os civis" "*entraram connosco nas vagonetas (...) Ficou tudo vedado*". A instabilidade causada pela "reacção" dos populares é assim colmatada. A sua necessidade de distinção e separação é reforçada, na narrativa, com a comunicação da formação das 4 companhias do batalhão, e da sua identificação com uma destas (é indicado o número da companhia a que pertence). A companhia é, assim, tida como garante do lugar de pertença e de identidade no corpo militar.

Em seguida, conta que *“fomos ficar”* na região dos Dembos, no Norte, *“uma das piores regiões de Angola em termos de combates”*. Tenta localizar a região, acrescentando: *“Fica ali... nem sei a quantos quilómetros fica... eu antes tinha um mapa de Angola e verificava, mas depois alteraram o nome das cidades e das terras, e depois não sei o que foi feito daquele mapa. Tenho pena de não ter aquele mapa antigo”*. Se no sentido literal a perda do mapa e a alteração dos nomes das localidades poderiam trazer alguma “desorientação” e falta de reconhecimento, poderá também deduzir-se que simbolicamente a mudança para ele resultou numa desfiguração da geografia, mas também na mudança da posição do colonialista face ao Angolano.

Tomé divide a sua missão em dois períodos, no primeiro ano, *“como atiradores”* faziam: patrulhas de reconhecimento e davam protecção aos militares portugueses que desbravavam as matas, terraplanavam e abriam estradas; operações em zonas distantes do quartel, *“incorporados em outros grupos de combate”*; e ainda a protecção de trabalhadores das fazendas de café. No segundo ano, conta que *“nós ficámos na fazenda Tabi, que só tinha bananas. Aí já só se fazia operações de reconhecimento e apoio, que era essa tal junta das estradas, para fazer a reparação nas estradas. Mas aí eram estradas asfaltadas, estradas de alcatrão. E nós fazíamos a protecção dos trabalhadores da horta. Mas ali não havia assim muito problema. (...) era uma zona mais calma”*.

Confessa numa fase mais avançada da narrativa que *“O primeiro ano é que foi pior!”*. Ao longo da narrativa, Tomé regressa sucessivamente a este primeiro período da sua comissão, contando os episódios mais perigosos e que se deduz tenham provocado maior impacto.

A partir da descrição de uma das operações ocorridas durante o primeiro ano de comissão é possível constatar a desorientação sentida na fase inicial – *“Houve algumas em que fomos de helicóptero. Nem a gente sabia para onde é que ia. (...) largavam-nos lá no meio de um capim qualquer, que a gente nem conhecia”* – a falta de controlo (posição de submissão) – *“O Alferes é que levava o mapa, ele é que orientava aquilo”* –, e a fragilidade em que se encontravam – *“houve alturas em que nos faltou comida e vieram os helicópteros trazer ração de combate e água. Eles lançavam os jerry cans, aquilo batia cá em baixo, como era de lona rebentava. Ficávamos sem água na mesma. Derivado ao calor”*. É curioso que as sensações de perigo não possam ser enunciadas claramente e sejam deslocadas para as condições adversas da falta de alimentação, água e as condições climatéricas. Também não é claramente

manifestada a possível sensação de vulnerabilidade e “abandono”, embora esta possa ser deduzida a partir da sua narrativa. Tomé faz questão de delimitar temporalmente estes episódios, bem como de definir o regresso ao quartel (à “segurança”), como se a sensação de “eternidade” experimentada por estas vivências precisassem de uma contenção e delimitação a todo o custo, mas até esta se demonstra difícil: “*Andávamos 3 ou 4 dias. No máximo 4! 5 dias não me lembro se fizemos algum... só se foi por causa das chuvas, não voltávamos um dia ou outro. O normal era 3 dias de operação. 3 noites, no 4º dia vínhamos para o quartel*”.

Nesta fase da narrativa faz referência aos primeiros contactos com “o adversário”: “*Por vezes éramos surpreendidos pelos outros, a gente chamava terroristas aos indivíduos que nos combatiam. Punham-se por vezes longe e mandavam tiros para cima da zona em que eles (os militares portugueses) estavam a trabalhar. Pronto, aquilo era logo um alvoroço, tinham os soldados de se formar, e depois tinham de ir naquelas picadas, por aqueles trilhos até onde vinham os tiros*”. Neste relato destaca a surpresa e a distância em que se encontrava o adversário, categorizando-o como “outro” e “terrorista”, designação comumente aceite na opinião pública portuguesa da época. Também ele se coloca à distância referindo-se aos soldados na terceira pessoa do plural (eles “tinham de”), como se ele não pertencesse ao mesmo grupo ou se essa não fosse a sua função.

Num segundo episódio, ocorrido longe do quartel conta: “Numa dessas operações fomos atacados pelo inimigo”. Neste, o encontro com o adversário parece ter deixado de ser uma surpresa, o encontro é agora apresentado como um “ataque”, e o “outro” passa a ser claramente designado por “inimigo”. Aqui nota-se uma escalada de agressividade na designação do adversário que reflecte a iminência do perigo sentido, e a consequente necessidade de distinção e de afastamento entre o “nós” e o “eles”. Não é desprezível que a distância a que se encontravam do quartel pudesse evocar sentimentos de maior exposição e vulnerabilidade, e que nesses momentos esta distinção fosse, também, determinante.

Ainda durante o relato desta operação revela mais características do adversário: “*víamos os indivíduos ao longe, fardados com uma farda amarela, com uma metralhadora às costas. (...) eles tinham aquilo armadilhado (...) Os indivíduos eram espertos. Punham um fiozinho de nylon ou que era aquilo, ou fio tipo de guita, ou um fio metálico. O guia que ia à frente, ao andar tropeçou naquilo. Quando tropeçou, fez rebentar lá à frente e deu-lhes sinal. (...) No outro dia (...) eram tiros de um lado e tiros do outro, nem chegámos a ver ninguém, e*

toda a gente fugiu pela mata adentro. (...) O tiroteio deles era muito mais forte do que o nosso. Ou pelo menos assustava mais. (...) Recordo-me ainda de ouvir... aquilo era um género das balas que passavam, a ferver nas árvores e quando batiam assustava. E pronto... viemos embora!”.

Destaca-se a assimetria sentida por Tomé entre as tropas portuguesas e o adversário, descrito como astuto e engenhoso, possuindo um tiroteio “muito *mais forte do que o nosso*”. Tomé, contudo, denuncia que essa poderá ser apenas uma percepção decorrente da despreparação para aquele cenário, que resulta no temor manifestado: “*pelo menos assustava mais*”.

Numa passagem posterior da narrativa, Tomé refere-se a uma estratégia de defesa utilizada pelos Portugueses semelhante à usada pelo “adversário”: “*Porque a gente tinha minas à volta do quartel, e se alguém se aproximasse, rebentava essas minas e despertava a atenção*”. A desproporcionalidade sentida por Tomé parece denunciar uma indefinição de lugar que oscila entre o atacante e o atacado, sustentando assim a vulnerabilidade expressa.

É importante salientar, também, que a vividez deste episódio e o medo declarado espoleta novamente a necessidade de corte entre representação e afecto, sendo por isso fundamental colocar-se a uma distância de segurança, concluindo com: “*E pronto... viemos embora!*”.

Ainda como sequência do mesmo relato, mas já a uma distância de segurança depois de “*serem recolhidos*”, e quando acompanhado pelo Alferes, designa a sua posição de furriel bem como o número de homens que tem a seu comando, e destacando-se num lugar mais activo na sua posição em relação aos restantes militares portugueses: «*Lá fui eu com a minha secção, que eram 10 soldados. Era a berliet com uma metralhadora. E eu fui com o individuo que era o motorista (...) não vás aí na picada, sai da picada que eu não te quero aí! (...) Mas eu, de vez em quando, lá me zangava com ele: “Vá! Sai lá fora da picada!”*». Revela também durante esse relato a aquisição de recursos durante a comissão - «*é que já tínhamos experiência daquilo, já tínhamos quase um ano de serviço, e eu disse: “esta recta tem aquela baixa... quem estiver aqui com uma metralhadora limpa isto tudo por aqui a baixo, é mesmo uma zona boa. Olha, sai fora da picada!”*». Verifica-se ao longo da narrativa que Tomé se vai apossando gradualmente de um lugar. À medida que o desconhecido e a desorientação (“*Nem*

a gente sabia para onde é que ia”) se tornam mais familiares e manejáveis, começa a tentar encontrar uma posição permitindo emergir a partir de si um lugar de acção, mas também uma voz própria, na qual o “nós” é substituído por “eu”. Ainda, a “nova posição” assumida permite-lhe também banalizar a experiência vivida até ao momento e perante a pergunta do motorista *“Então furriel, como é que isso se passou?”*, responde *“foi normal. Olha, desde que não fique ninguém, estamos todos bem”*.

Os avisos de Tomé para saírem fora da picada foram eficazes para os seus homens, porém relata que um dos unimogs que seguia depois deles havia sido atingido por uma mina – *“ouve-se uma grande explosão cá atrás, ainda vimos um grande clarão no ar. Aquilo deveriam ser os pneus do unimog, juntamente com partes do motor. E não sei se não foi um deles que foi ao ar. Pronto!... Parou tudo. Tudo se atirou para o chão”*. Ainda nesta sequência Tomé descreve uma situação de ameaça – *“Assim que a gente vai para o chão, aquilo tinha ali um género de uma vala, começo a ouvir uns passinhos por de trás do monte. (...) os soldados começaram a dar sinal, começamos a tirar as granadas de mão, tudo já descavilhado, pensando que eram eles que estavam ali para nos assaltar... (...) Ora o coração quase parava de trabalhar tanto, com medo sem saber o que vinha dali”*. Apesar do aparato deste relato, o desfecho surpreende - *“houve um mais corajoso, que conseguiu ir ver. O que é que eram? Eram javalis que também estavam ali assustados, quando o viram arrancaram”* – denunciando não só que ele não se sentia corajoso o suficiente para enfrentar o que estava do outro lado da vala, mas igualizando a situação de fragilidade em que quer os soldados portugueses, como os animais se encontravam.

Ao longo da narrativa as situações com maior perigosidade e que poderão ter causado maior impacto são contadas de forma interpolada com episódios ou relatos que parecem funcionar como “pontos de fuga” e de distanciamento, evitando assim que as representações e os afectos correspondentes não sejam ligadas. Imediatamente depois desta última cena contada de forma *sui generis* e com alguma comicidade, relata a morte de alguns soldados – *“Depois ouvíamos cá atrás os homens a gritar... (...) dessa vez ou foram 2 ou 3 evacuados para Luanda, e ficaram...”*. Esta comunicação, por sua vez é seguida outro assunto simbolicamente relevante, também este com cariz de separação, mais concretamente de imobilização. Tomé menciona que durante essa operação haviam sido tiradas algumas fotografias, e assume ter pena de não as ter. Como se essas fotografias pudessem substituir algumas das memórias que

preferiria que não existissem. Mais uma vez, termina o episódio com a referência ao regresso regular ao quartel – *“E foi assim, o que nós fazíamos. Era assim aquelas operações. Tirando isso, vínhamos para o quartel, todas as semanas”*.

Depois deste longo relato, Tomé inicia uma fase distinta da narrativa, na qual conta o que parece ter sido a tarefa principal durante o período de guerra, o patrulhamento de fazendas de colonos Portugueses. Como referido anteriormente, a força do impacto do primeiro período de guerra faz re-emergir alguns dos episódios já contados e emergir outros ainda por contar.

Nas suas palavras *“os terroristas, como a gente chamava aos indivíduos de lá, vínham atacar os trabalhadores, e depois com as catanas matavam-nos. Eles se pudessem matavam-nos todos. (...) Então nós tínhamos de fazer a protecção desses trabalhadores que andavam na apanha do café. (...) a própria fazenda também tinha tropa, que a gente chamava os voluntários. (...) que vestia uma farda toda amarela, e tinham metralhadoras, espingardas e G3s. E eles é que andavam juntamente com esses trabalhadores a defendê-los. Porque se não andassem, os outros vínham e desfaziam aquilo e queimavam aquilo, e destruíam”*.

Nesta fase da narrativa as identidades dos indivíduos que não eram soldados portugueses parece esvanecer-se e confundir-se. A tropa de voluntários, à semelhança dos “terroristas”, também vestia farda amarela. Com esta indefinição como determinar quem “amigo” ou “aliado” e, quem não é? Curiosamente, apesar da vincada imagem de agressividade e poder de destruição atribuída aos adversários perante os trabalhadores e os próprios soldados portugueses, não relata qualquer situação de perigo efectivo vivenciado durante as patrulhas realizadas às fazendas, quer no primeiro como no segundo ano de comissão. A atribuição de perigosidade ao adversário poderia ser resultado de uma lógica paranoide instalada perante a necessidade hipervigilância perante um adversário indistinguível do aliado. O próprio reconhece a inexistência de incidentes durante aquele período: *“de vez em quando tínhamos de patrulhar à noite para que os outros não viessem destruir o café. Tinham (os fazendeiros) medo de que viessem pegar fogo. Não sei o que era. Sei que nos mandavam patrulhar mesmo à noite. E a gente patrulhava à noite. Agora de noite nunca aconteceu assim nada”*. Faziam o que lhes mandavam, sem reflectir ou questionar.

As principais funções que desempenhou durante o período da sua comissão na guerra colonial de protecção às fazendas de colonos portugueses parecem ter condicionado a sua posição identificatória, que em alguns aspectos se encontra mais próxima da dos fazendeiros do que dos militares que iam combater numa guerra. Os angolanos trabalhadores das fazendas eram descritos de forma pejorativa e desvalorizada, como se não fossem capazes de organizar a sua vida perante as condições proporcionadas pelos fazendeiros: “Eles tinham uma cantina em que esses trabalhadores iam abastecer de açúcar, massa, arroz, pão, vinho, tudo. (...) eles tinham determinada verba, mas como gastavam na bebedeira, ou assim, o fazendeiro via-se na obrigação de dar a comida. Entrava numa lista de saldo negativo. E então quando vinha o final da semana, em vez de receber, ele ainda estava a dever ao fazendeiro na cantina. (...) Diziam muito que o preto era escravo, que trabalhava. Eles trabalhavam, mas também comiam (...)”. Para reforçar a desvalorização da maioria dos trabalhadores angolanos recorre à excepção: «*mas “haviam” outros que se orientavam, que não gastavam, iam comendo, iam fazendo o modo de vida deles e ainda lhes sobrava dinheiro. Que era estes tais que já tinham algumas motorizadas. Eles iam até à cidade, iam até Luana para ver filmes, cinema. Já tinham uma vida já mais ou menos*». Nestes casos, não poderá ser excluída a posição diferencial que detinham estes trabalhadores, possivelmente “capatazes” recrutados na população, geralmente com remunerações consideravelmente superiores. O próprio país e os colonos foram também descritos por Tomé como mais evoluídos e civilizados do que Portugal e os Portugueses residentes na “metrópole”: “*Porque aquela cidade (Luanda) é muito mais evoluída do que era isto cá. Para mim, foi sempre mais evoluída Angola do que nós cá. (...) Eles (os colonos portugueses) é que desenvolveram o nosso país, porque eles eram mais avançados em relação a nós. (...) Foi pena foi isto ser como foi.... mas pronto...*”.

É importante salientar que as condições efectivas proporcionadas pelos fazendeiros àqueles trabalhadores eram regra geral desumanas, muito próximas de uma situação de escravatura. Não é também menos importante contextualizar que esta realidade era pouco falada na opinião pública portuguesa, contribuindo para isso a propaganda do regime que transmitia uma imagem de Portugal e dos “seus territórios ultramarinos” como uma sociedade multirracial. À época uma das frases de propaganda usada pelo governo, que queria dar conta do “convívio social inter-racial” era: “Deus criou o Branco e o Preto, os Portugueses criaram os Mestiços” (Furtado, 2012).

O segundo ano de comissão é descrito de forma extremamente sucinta, quando comparado com a restante experiência quer do primeiro ano, quer do período de férias após o término da comissão. Conta que *“Depois no segundo ano rodámos. (...) ficámos na fazenda Tabi, que só tinha bananas. Aí já só se fazia operações de reconhecimento e apoio, que era essa tal junta das estradas, para fazer a reparação nas estradas. Mas aí eram estradas asfaltadas, estradas de alcatrão. (...) E nós fazíamos a protecção dos trabalhadores da horta. Mas ali não havia assim muito problema. Porque a fazenda Tabi era só bananas. (...) era uma zona mais calma”*. É curiosa a forma como justifica a inexistência de situação de perigo naquela fazenda devido à existência exclusiva de bananas. Esta referência ao fálico, como garante de segurança, e à sua exclusividade como reflexo da definição de uma identidade. Ali sabia-se quem era quem. A referência ao fálico surge novamente numa horta vizinha: *“Depois havia (...) a horta do senhor Marcos. Esse fazia plantações de cenouras. Carregava um avião de cenouras e ia vender aquilo para a África do Sul. A avioneta custava a levantar voo só com o carregamento de cenouras. Outras vezes era tomate, outras vezes era melão... aquela horta produzia ali tudo”*. Nesta horta, produzia-se tudo, mas tudo se encontrava bem definido e identificado.

Reporta-se ainda à situação em que viviam nessa fazenda *“aí já convivíamos com civis. Essa fazenda tinha a sanzala próxima do quartel, mas eles conviviam todos. Já era diferente. Já havia um bairro dos civis. Já os soldados iam a esse bairro. Às vezes havia discussões lá com eles. Mas depois lá se acalmavam. Como em todo o lado”*. Neste relato de aparente tranquilidade, Tomé que começa por se incluir no cenário, rapidamente se distancia dos restantes soldados portugueses, deixando de recorrer ao “nós”, mas também não se comprometendo com o “eu”.

Esta “distância” parece criar “espaço” para “regressar” novamente ao primeiro ano de comissão e relatar um novo episódio de confronto com adversário e comunicar a única baixa que o batalhão teve em combate: *“... assim de maus bocados, pronto, houve uma vez, até foi da minha secção. A gente ia num trilho e vinha um grupo dos tais terroristas no outro trilho. E o individuo puxou daquela Kalashnikov, que é aquela metralhadorzinha pequena, e mandou logo tiros para cima da gente... (faz o barulho de tiros e o movimento com a mão). Aquilo dispara logo uma rajada. Ora nós íamos em pé, não é? O outro ia em pé, apanhou um tiro na virilha. Começou a perder sangue, a perder, a perder, às tantas faleceu, pronto! Não deu conta*

de... foi a única baixa que o batalhão teve em termos de combate foi aquele ali. Era um moço que era o Fernando. Um moço que era lá do Norte. Esse mocito é que ficou... Pronto...”. Sequencialmente descreve de forma pormenorizada o longo percurso que teve o corpo desse soldado antes de regressar a Portugal, como se a sua presença fosse tão ou mais inquietante do que a do “adversário”. Aquele de facto, poderia ser o destino de qualquer um deles. Assim, Tomé, impossibilitado de expressar claramente esse medo, da iminência da morte, descreve com um pormenor confrangedor todos os passos, incluindo a degradação do corpo daquele jovem sem qualquer emoção associada (isolamento do afecto). Esta degradação é acompanhada da deterioração da designação daquele soldado: que em vida tem um nome, Fernando, passando depois de morto a “ele”, seguindo-se de “corpo” ou “aquilo” quando “cheirava mal”. A emoção regressa à narrativa quando o soldado morto é “afastado”, já com destino na “metrópole”: *“Depois, pronto, nunca mais soubemos mais nada. Depois ia para a terra dele. Também não sei de onde é que ele era. Foi a pena que ficou dessa vez.”*

Destaca o facto de não lhes ser comunicado o que acontecia aos soldados feridos ou mortos, voltando a referir-se ao episódio no qual uma berlier da coluna foi atingida com uma mina. Nesta fase da narrativa usa expressões mais gráficas em relação às usadas anteriormente para descrever o mesmo episódio: *“Daqueles que rebentaram, quando rebentou aquela berlier, o Josué depois foi para o Hospital, também nunca mais soubemos nada deles. (...) Aquilo lá eles não diziam “pode ser isto”. Quando diziam qualquer coisa era “está no hospital, está no hospital...”, pronto! Outros depois diziam que depois iam de férias e vinham para a Metrópole. Outros iam para recuperar. Davam aquela desculpa e a gente deixava de ver a pessoa”. Defende-se desta incerteza com o que os tinha levado a Angola: *“E também andávamos entretidos com o nosso trabalho... nem tínhamos tempo quase para nada. Aquilo era andar ali...”**

Esta última alusão “aquilo era andar ali”, como se à espera que terminasse reflecte-se na referência à noção de que aquela comissão seria interminável que comunica de seguida: *“Mas pronto! Quando a gente lá chegou é que era uma aflição. Passar um dia, dois dias... eh pá estamos aqui dois anos! Isto nunca mais chega ao fim. Ficamos com aquela... um género daquela tristeza. Tomé demonstra uma alteração na percepção temporal, socorrendo-se do assinalamento no calendário como função de regulação: *“O tempo está a passar normal. Passado pouco tempo: “eh... já temos um mês!”*, então vamos ao calendário riscar um mês.*

“eh pá um mês?! Então só faltam 11!”. Entretanto, passa outro mês e risca-se outra vez. E depois mais tempo...”

Tomé parece recorrer à temporalidade como forma defensiva de circunscrever as experiências. Assim refere-se ao período de duração de cada porção do vivido: *“E já não me lembro se foram 9 dias que a gente levou...”*; *“Depois ficámos aí de uma semana a 15 dias no Grafanil para nos ambientarmos ao clima.”*; *“Andávamos 3 ou 4 dias. No máximo 4. 5 dias não me lembro se fizemos algum... só se foi por causa das chuvas, não voltávamos um dia ou outro.”*; *“o normal era 3 dias de operação. 3 noites, no quarto dia vínhamos para o quartel”*; *“Fazíamos um serviço de 3 ou 4 dias, depois vínhamos embora para o quartel e iam outros”*; *“Só que só veio passado uma semana ou duas. Levou lá uma semana. Uma para duas semanas”*. Estes relatos parecem também revelar uma sensação interminável daquelas porções de tempo circunscritas.

Ao assinalamento do tempo no calendário Tomé associa aos 2 períodos de férias que teve durante a sua comissão de 2 anos. No primeiro ano refere ter vindo a Portugal, mas diz ter ficado em Angola no segundo período de férias. Descreve este último período de férias de forma exaustiva, mas a tónica mantém-se a já referida anteriormente, a de alienação, *“Aquilo era andar ali...”*. Coloca-se como “estranho”, como “observador”. Conta que desceu Angola até ao Lobito e depois Benguela para ir ao Carnaval. Porém, as experiências são contadas como uma sucessão de factos, descritos pormenorizadamente, sem que sejam “habitadas” por alguém, nem mesmo por ele. Fica impressionado com a dimensão do país, refere as boleias, onde dormiu, o que comeu, as horas a que os eventos aconteceram. O contacto com outras pessoas tem um cariz meramente funcional e relacionado precisamente com estes aspectos.

Também de natureza funcional, conta que aproveitou para tirar a carta e para *“pedir trabalho lá”*. Mais uma vez utiliza a referência temporal *“Andei 3 dias! De camioneta, de autocarro, de manhã. Ia para lá, para a Sorefame para fazer o exame que eles me deram”*. Foi admitido “como chefe de equipa” para trabalhar em Luanda, porém seria “admitido pela Sorefame de Lisboa”. Atribui com pesar, à reacção do pai, que não concordou com o seu regresso, e à posição da namorada, que não pretendia ir para Angola, o facto de não ter regressado. Nas suas palavras *“Fico com pena de não ir”*, recorre ao verbo no presente em vez do passado. Esta passagem da narrativa denuncia a expectativa que Tomé teria sobre uma possível transição entre o lá e o cá, com continuidade, em que uma experiência se transforma

noutra. Apesar do recurso ao presente, constata que não existe possibilidade de continuidade. É interessante reconhecer na narrativa de Tomé movimentos que circunscrevem, e delimitam, possivelmente as situações insuportáveis, mas que apesar de tudo houve uma necessidade de dar sentido a toda esta experiência, através da tentativa de ligação e de continuação entre o lá e o cá. O recurso ao presente também parece denunciar uma tentativa de negação das alterações ocorridas após o 25 de Abril, como declara *“depois do 25 de Abril, as boas empresas que tínhamos fecharam-nas todas. Eu estava na CUF, o Mário Soares encerra a CUF. Agora andamos aí aos caídos a ver onde é que há trabalho.* A promessa de prosperidade e emprego em Angola, que de acordo com ele *“Angola nesse tempo estava mais evoluída. Foi pena foi isto ser como foi.... mas pronto...”*. É denunciada a disrupção entre o que era e que deixou de ser, Portugal passou a ter uma nova identidade e a sua posição em relação a Angola, e entre os Portugueses e os Angolanos, tomou novas configurações.

Remetendo-nos para a estupfacção sentida por Tomé perante a reacção da população, ele que pensava que seria bem-recebido por vir proteger o “território” Português e os seus habitantes, não pode excluir-se que as mudanças proporcionadas pelo 25 de Abril, ao contrariarem o objectivo das operações militares, possam ser sentidas por Tomé como pondo em causa o propósito daqueles dois anos da sua vida. É assim compreensível que este conflito interno espolette uma necessidade de manutenção e de continuidade da experiência, dando-lhe propósito e significado.

Tomé volta novamente ao primeiro ano da sua comissão relatando um episódio que remete novamente para o encadeamento e para a sequência na construção das casernas, possivelmente como forma de contrariar a constatação anteriormente referida. Relata que cada grupo acrescentava mais uma parte ao que já havia sido construído pelos anteriores. Seguidamente, faz referência a um episódio revelador que resume a sua experiência de guerra, na qual apesar de todos os esforços de protecção os perigos eram imensos e poderia surgir de onde menos se esperava: *“Uma coisa de que eu tinha medo, era quando dormia, de pôr as mãos para baixo da cama. Porque as cobras metiam-se debaixo das camas. Ainda hoje, quando estou a dormir e ponho a mão para fora... ui... recolho logo! (...) E a partir daí ficámos todos com medo e andámos todos a calafetar a caserna, em volta. Tivemos o cuidado de andar a pôr tabuinhas onde havia buraquinhos. Mas aquilo estava tudo bem tapado, não sei como é que o bicho conseguiu ir lá para dentro”*.

Conclui com o que sabe de Angola actualmente, voltando a anunciar o pesar perante a mudança: *“pessoas do meu batalhão já foram visitar aquilo. No fundo aquilo está tudo abandonado. Aquilo está tudo em capim. Aquelas fazendas bonitas de café, está tudo abandonado, está tudo em mata. Quem via aquilo, e quem vê, quando eles tiraram as fotografias, não é? (...) Depois do 25 de Abril aquilo morreu tudo. Aquelas fazendas... de modo que tenho pena de não ir lá um dia ver aquilo. Mas pronto, os anos vão passando... e agora ainda pior... Acho que é tudo... (sorri).*

Análise dos grandes temas

Afonso

Identidade

A identidade de Afonso é formulada a partir e através das diversas funções que desempenha. Antes da mobilização para Angola, define-se através da sua profissão na qual andava “*embarcado na Marinha Mercante*” e da sua relação amorosa, “*já namorava com Ivone*”. De acordo com Levita (1965, cit. por Grinberg & Grinberg, 1976/1998) “a identidade é a totalidade dos papéis que um individuo na comunidade”, representando este uma espécie de contrato entre o individuo e um grupo, ou comunidade onde se encontra inserido. Neste sentido, Afonso, destaca, através destes papéis, a sua identidade prévia à situação da recruta e posterior mobilização para Moçambique. Na medida em que o papel desempenhado permite a vinculação das pessoas entre si e em relação à sua sociedade ou comunidade (Grinberg & Grinberg, 1976/1998), ao anunciá-los, Afonso garante essa pertença ao lugar familiar, e de origem (“a metrópole”), que será temporariamente “abandonado” aquando da sua incursão pelo desconhecido.

No início da sua experiência na recruta assume a posição de aprendiz, “*Fui para escola de Sargentos (...) tirar a recruta de instrumento de Sargentos. Depois (...) fui para a especialidade para o CISMI (...) tirar transmissões*”. A aquisição de conhecimentos permite-lhe o acesso a uma identidade como agente activo: “*fui para (...) Mafra, dar instrução a cadetes (...), dar escola a radiotelegrafistas, a telefonistas e um pelotão-ar*”. Já em Angola a sua identidade é conferida através da missão da companhia da qual fez parte: “*criar novos aquartelamentos, alargar e criar melhores condições para quem lá fosse*”, fazendo questão de salientar que a missão havia sido cumprida, revelando o orgulho sentido: “*E nós fizemos isso!*”; “*na zona de Tete (...), já tínhamos desenvolvido muito trabalho lá*”. Novamente, o recurso aos papéis que desempenhou, desta vez os que lhe foram sendo atribuídos, e os que foi conquistando neste período, tendo em consideração o contexto para o qual foi mobilizado. É importante salientar que as mudanças, mesmo que provisórias, despertam tanto angústias persecutórias pelo desconhecido em cada situação nova, como angústias depressivas pela perda das situações familiares e conhecidas, associando-se também ao medo da perda de “partes de Si”, e conseqüentemente a perdas ou alterações da identidade, que poderão ser

minimizadas pela assimilação do “novo” por forma a garantir a coerência da identidade (Grinberg e Grinberg, 1976/1998).

Ao longo de toda a narrativa usa o pronome pessoal “nós”. Mesmo em situações em que não esteve presente, considera-se incluído e parte dos restantes: *“Essa viagem não fiz porque vim de férias, mas os meus colegas foram e tivemos duas viaturas minadas e... tivemos duas viaturas minadas e vinha... mas só tivemos feridos, não tivemos mortos”*. Freud, no seu texto “A Psicologia de Grupo e a análise do Ego” (1921/2011), descreve que a coesão entre os membros do exército se deve às relações libidinais (não sensuais) entre eles. O líder ou o seu superior é assumido como ideal, e os camaradas como seus semelhantes, e alvo de identificação. Em relação ao primeiro é remetido o dever de obediência, e aos seus companheiros as obrigações de auxílio mútuo e partilha de bens, numa atitude altruísta, que geralmente excede a obrigação e se assemelha a um amor fraternal.

Afonso destaca o grupo de pertença: o seu batalhão, e mais concretamente a companhia que integrou, fazendo questão de salientar a natureza operacional do seu grupo e não a de defesa ou combate, uma vez que o objectivo desta era a criação de estruturas e condições para os militares portugueses que para lá iam, mas também para a população local. A natureza de “não combatente” é reforçada pelo anúncio da sua função individual de Afonso, numa fase mais avançada da narrativa: *“Eu estava no centro de CRIPTO (...), e quando havia assim as mensagens assim mais sofisticadas, e que estavam praticamente indecifráveis, era eu que as decifrava”*.

Transparece na sua narrativa, que “para conseguir sobreviver psicicamente” se resguarda unicamente nas funções e tarefas que foi desempenhar. Ao deter-se nas tarefas, abstém-se de fazer considerações sobre a situação política e o objectivo defensivo daquelas operações militares em Moçambique, destacando-se dos governantes portugueses, designados como “eles”. Apesar de se destacar de “Portugal” e da sua defesa, não abandona a identificação com os seus companheiros militares deixando transparecer a injustiça sentida perante a possibilidade de poder(em) morrer como resultado desta guerra, sobre a qual não tinham como escapar.

Guerra, violência e destruição

Do discurso de Afonso deduz-se que a mobilização para a guerra se constituía um como “castigo” inevitável. O Portugal Ultramarino naquela época era considerado uma terra “estranha” e perigosa, da qual poderia não regressar. A perigosidade e a iminência do não retorno com vida, é declarada por Afonso com a associação entre a chegada a Moçambique e a primeira morte, nesta fase ainda por razões de doença (por febre tifoide). A partir da sua descrição da cidade de Tete o pavor é “declaradamente denunciado: “Tete era uma cidade muito pequena, era uma cidade muito pequena, com muito calor”, confundível com uma “cripta”, exígua e sufocante. Assim, perante a mobilização para a guerra, a ameaça da morte torna-se real, deixando de ser possível remetê-la ao silêncio como nos períodos de paz (Freud, 1915/2010), e Afonso dá conta dessa consciencialização. Afonso dá destaque às sensações perceptivas de calor e exiguidade de Tete, em detrimento da expressão do seu sentir ou pensar, como se esses não pudessem ser convocados. Poderia colocar-se como hipótese, que as memórias (pensamentos e sentimentos) são condensadas, deslocadas e evocadas sob a forma de percepções sensoriais. Pestre (2014), no seu trabalho sobre refugiados, cujas vivências de destrutividade são muito semelhantes aos vivenciados por combatentes, denomina-as como memórias impossíveis. Nestes casos, as percepções prevalecem (tacto, audição, etc.), ficando bloqueadas as vias quer do esquecimento como as da recordação (Schmid-Kitsikis, 2000 cit. por Pestre, 2014). A autora refere que não ser possível determinar com exactidão se os esquecimentos decorrentes do trauma se devem ao recalçamento ou à recusa, explicitando que nos casos mais graves como se verifica com a maioria dos refugiados é a segunda que prevalece (Pestre, 2014).

Na fase inicial da entrevista, Afonso apresenta um discurso bastante pormenorizado quer a respeito das suas funções, como de todo o percurso até ao destino, como que sob a forma de hipermnésias que geralmente são alternados com os déficits de memória (Pestre, 2014). Nesta fase, o discurso é plano com uma tónica de distanciamento e frieza emocional perante o relato, que desencoraja a escuta, assemelhando-se ao “funcionamento operativo”, que, de acordo com alguns autores, evidencia um espaço de não-representação próprio do espaço de trauma, do qual a maior parte dos afectos são varridos (Janin, 1996 cit. Pestre, 2014). Assim, de forma defensiva, Afonso mobiliza “memórias” pormenorizadas dos factos ocorridos antes da sua partida, denunciando uma tentativa de evitamento em relação à sua

partida para Moçambique. “Mune-se” também de uma listagem exaustiva da formação adquirida, que mais tarde na narrativa declara ter sido insuficiente (“*fomos com pouca experiência de guerra*”; “*ninguém está preparado (...) para estas coisas*”). Vai declarando, contudo, a falta de condições em que se encontravam no terreno, juntamente com a população angolana local. Contrapõe, constantemente, a finalidade da sua companhia de criar e melhorar as condições no terreno, encontrando assim o seu próprio propósito para ali estar, possivelmente num movimento de sublimação daquela experiência.

Afonso tenta afastar a todo custo da sua narrativa (e possivelmente da sua memória) toda a violência e destruição a que assistiu, mas esta não consegue ser “detida”. Começa por referir que “*Sabondo é que foi pior*”. Salienta a “mistura” entre os militares portugueses e a população civil, que se prolonga posteriormente ao “inimigo” que se infiltra junto da população. Diz que “*Nunca soubemos quem era. Era difícil!*”. A indefinição entre o aliado e o “inimigo” faz aumentar a sensação de desconfiança e de perigo. Esta espoleta a evocação dos apoios de que dispunham – os enfermeiros e o Dr. Sereno, médico – que apesar de tudo se viriam a revelar frágeis. Perante esta constatação, a narrativa adensa-se. Nesta fase, Afonso é também tomado pela emoção, que se mantém até ao final da narrativa, num registo menos descritivo.

Se inicialmente o perigo é mantido à distância – “*Tivemos um primeiro contacto logo com inimigo, mas foi de longe. Foi apenas... não foi simulação, foi real, mas longe... foi longe*” – sendo primeiramente relatados os feridos, assegurando que não eram mortos – “*Tivemos 3 baixas, não foi mortes. Foram 3 baixas, mas não foi mortes*” –, perante a “falência” dos apoios – “*um dos furriéis foi acudir, juntamente com o enfermeiro e ficaram lá os dois*” – constata, “*entretanto, piorou-se mais*”, perante o descontrolo da situação relatada, deixa de conseguir conter as imagens de destruição e mortandade a que assistiu, assumindo a palavra “mortos”.

A definição da sua função específica, de elevada importância, bem como o do local circunscrito e resguardado onde a desenvolvia, serve de envelope ou continente, como garante de segurança – “*Eu estava no centro de CRIPTO (...), e quando havia assim as mensagens assim mais sofisticadas, e que estavam praticamente indecifráveis, era eu que as decifrava. E no centro onde eu estava só quem lá entrava era o Comandante do batalhão, não entrava lá mais ninguém. E tinha de ser com a minha autorização*”. Nesse ambiente “continente”, ele conseguia decifrar o “conteúdo” do “praticamente indecifrável” que deveria

ter sido aquela experiência para ele. A partir deste relato poderá também perguntar-se: o que teve Afonso que encriptar para que pudesse sobreviver psicologicamente àqueles dois anos?

Comunica a disparidade de recursos entre os militares portugueses e as forças da FRELIMO, denunciando a falta de investimento português na renovação do equipamento de defesa. Esta constatação, permite assumir a distância da sua posição em relação aos governantes portugueses (“eles (...) estavam derrotados), abrindo lugar à crítica velada: as suas decisões implicavam *“muitas baixas de muitos portugueses que já tinham falecido lá”*. Conta inclusive que *“Muitas vezes até descobrimos que não era o nome deles, não é... Não havia controlo...”*. Haviam sido “abandonados à “sorte” e à morte. Perante o número de mortos e a eminência da sua própria, a repressão da agressividade em relação ao líder, verificado habitualmente nas estruturas militares (Fornani (1966/1974), e que neste caso se dirige aos governantes portugueses deixa de estar actuante, embora não seja totalmente assumida.

Afonso acaba por admitir: *“Todos nós estávamos convencidos que não vínhamos mais. Não acreditávamos...”*, *“a gente só acreditou quando...”*, *“ninguém acreditava, estávamos convencidos que íamos para Angola”*. Condensa todo o seu sofrimento nas expressões “muito mal” e “difícil”: *“chegámos aqui muito mal. Foi um bocado... foi um bocado difícil. Não foi só para mim, foi para todos os que lá estavam...”*; *“viemos assim muito mal. Aqueles últimos dias foi mesmo assim muito mal, muito mal mesmo”*. Como se não existissem palavras que permitam expressar, nem elaboração suficiente para “integrar” tal experiência.

Olivier Douville (2003) refere-se ao trauma com apresentando, para além do descrito por Freud e Frenzi para os quais o trauma é estruturalmente um encontro com um excesso, com algo que não pode ser simbolizado (i.e. a reação catastrófica do aparelho psíquico a uma situação que ultrapassa a sua capacidade de ligar/vincular). Para Douville a própria matriz do acontecimento traumático pode não ser o dano sofrido, mas sim o dano testemunhado pela futura vítima do trauma, na medida em que se deverá considerar diversas temporalidades para a elaboração traumática (*après coup*). Nas situações de mortes em massa, como nas situações de guerra, para o autor não se trata, assim, do choque sofrido pelo próprio que provoca o trauma, «mas o facto deste ser a “única testemunha” da destruição do corpo do camarada mais próximo», num processo de desligação entre sujeito, objecto, o terceiro e, a própria morte. Na realidade, é desta que se trata, da irrepresentabilidade da própria morte, que deixa

de estar “coberta” por rituais e mitos que afastam o seu significado de aniquilação da vida, tornando-se impossível limitar a destrutividade, e de a tornar sequer comunicável (Douville, 2003).

O que faço aqui? – A construção no meio do caos

O conflito sentido entre o interdito (a vontade de escapar) e o seu castigo inevitável é conseguida através do compromisso conferido pela construção de novo, i.e., pela transformação (possível). Afonso opta por se dedicar “abrir caminho” e a “construir”, quer seja através da missão da sua companhia, a de criar condições, como da sua própria função de “desencriptar mensagens indecifráveis”, descodificando o seu propósito para estar ali, o individual e o comum, “abrindo caminhos” de sentido para estar no terreno, na tentativa de sobrevivência. Grinberg e Grinberg (1998) destacam a importância da participação activa como forma de dar resposta às situações adversas e de mudança.

Ao deter-se nas tarefas de criação e melhoria das estruturas no terreno, assume um papel e um propósito próprios. Torna-se mero espectador das “guerras políticas”, deixando clara a diferenciação entre os governantes portugueses e os militares no terreno, permitindo transparecer a crítica em relação à mortandade a que assistia através de um acto falhado - *“eles (os dirigentes portugueses) estavam derrotados”*.

O propósito de construir o que não existe, ou melhorar o que existe parece ter-se tornado numa forma de tornar suportável aquela experiência devastadora, e de lhe dar um sentido. Poderemos ir mais longe supondo que possa ter-se constituído como uma forma (a possível) de sublimação daquelas vivências (Abraham, 1921/2017). Perante o vivido desabafa: *“ainda bem que aquilo acabou!”*.

Poderá colocar-se também como hipótese alternativa, que Afonso recorre a esses papéis, como se de próteses se tratassem, para se cobrir de toda a violência à sua volta (“carapaça” ou escudo), mas possivelmente também para “encobrir” possíveis sentimentos de raiva decorrentes de todas as atrocidades a que assistiu. Afonso, não só revela os papéis atribuídos que foi exercendo, mas assume uma posição activa, quer através da aprendizagem de novos conhecimentos, como da sua partilha aos restantes militares destacados, ou seja, de integração desta “nova condição”. Focando-se nas suas actividades e nas suas tarefas protegia-

se de uma parte da realidade sentida como ameaçadora. Poderá ainda contemplar-se que estes papéis, tão activamente assumidos, poderiam constituir-se como formações reactivas encobridoras dos sentimentos de violência sentidos pelo próprio. Ernest Jones (1921/2017) descreve este fenómeno associado às neuroses de guerra. Para o autor, a utilização de mecanismos de formação reactiva entrariam em acção como resposta a sentimentos de crueldade ou de extrema agressividade, que seriam clivados e substituídos por sentimentos socialmente aceitáveis. No caso de Afonso, a detenção no papel de operacional, tão convictamente afirmado e reforçado ao longo da narrativa, parece espelhar-se como formação reactiva contra a emergência de sentimentos de agressividade.

Tomé

Identidade

Inicialmente, a identidade de Tomé é veiculada no plural “nós” – *“assentámos praça, (...) formámos o Batalhão (...) depois fomos mobilizados para Angola”* – como se esta vivência no lugar do “eu” fosse intolerável. A designação do número da companhia na qual estava integrado dá sentido de pertença e identidade, como descrito por Freud (1921/2011), e tenta estabilizar a ansiedade perante o desconhecido e o incerto.

O episódio à chegada a Luanda é ilustrativo da falta de integração da imagem de Portugal e dos Portugueses, sendo reveladas posições clivadas. Tomé diz-se surpreendido com a reacção de antagonização por parte dos habitantes locais. Para ela a sua ida para África teve como propósito a defesa da população angolana, dando conta da sua identificação como combatente de Portugal que vem em defesa das suas regiões Ultramarinas. Contudo, a forma como se expressa parece contrariar a estabilidade da sua representação de um Portugal unificado, denunciando confusão entre o “lá” e o “cá”: *«“eh... venham para o Puto!” Eles chamavam Puto a Portugal. “Não fazem cá nada!”»*. Ao longo da narrativa também é expressa a diferença entre o Português de Portugal e o habitante da colónia ultramarina de Angola, verificando-se sempre a necessidade quer de reforçar essa diferenciação ou distinção, como do distanciamento e separação entre ambos.

De acordo com Fornani (1966/1974), a guerra está fundamentalmente ligada ao axioma paranoide “mors tua vita mea” (a tua morte é a minha vida), cuja reflexo é a clivagem do mundo em partes que não se integram, nem misturam. Aqui, Tomé parece revelar algumas destas clivagens entre: o lá e o cá, o Portugal da “Metrópole” e o Portugal das colónias ultramarinas, entre os Portugueses brancos e os “Portugueses” negros.

Tomé assume a sua “identidade” no grupo através da sua função de combatente, recorrendo sempre ao plural (“atiradores”), relatando que eles: davam protecção aos militares portugueses que desbravavam as matas e abriam estradas; eram “incorporados em outros grupos de combate” faziam operações nos territórios afastados do quartel; faziam também a protecção dos trabalhadores angolanos das fazendas de colonos portugueses. Salienta-se, contudo, que Tomé não parece assumi-las de forma plena, na medida em que perante uma emboscada, se “distancia” da sua função de atirador (ou omite-a), passando a referindo-se aos

soldados na terceira pessoa do plural (eles “tinham de”), como se ele não pertencesse ao mesmo grupo, ou se não estivesse também implicado na função de defesa. Inclusivamente, Tomé relata os inúmeros episódios nos quais sentiu muito medo (e.g., “*o coração quase parava de trabalhar tanto com medo*”), assumindo a impossibilidade de agir perante este (imobilização), contrapõe-se à “coragem” de outro combatente (“*houve um mais corajoso, que conseguiu ir ver*”), e declara identificar-se com uns animais amedrontados com os quais se cruzaram (“*Eram javalis que também estavam ali assustados*”). A única situação em que afirma a sua posição “activa”, na qual declara a sua função de furriel e dá ordens ao motorista “*para sair da picada*”, ocorre no relato de um episódio no final do primeiro ano, já com experiência acumulada, e na qual se fazia acompanhar pelo Alferes. Salienta-se a partir da narrativa três aspectos importantes para que, para além do tempo de comissão, se aproprie temporariamente desta posição activa: a primeira, a ordem dada pelo Alferes, que valida a sua responsabilidade por uma secção de 10 homens; de seguida a nomeação da sua posição pelo motorista quando este lhe pergunta “*Então, furriel, como é que isso se passou?*”, colocando-se este como subordinado; e ainda o facto do perigo já se encontrar à “distância”.

Abraham (1921/2017) destaca os compromissos pedidos aos soldados em combate, que compreendem para além da tolerância perante situações perigosas, a exigência de preparação para actos agressivos, pois para além da prontidão para morrer, é-lhe exigida a prontidão para matar. Podendo socialmente ser ainda considerado como moralmente reprovável, quer atitudes influenciadas pelo medo, a própria demonstração de medo, mas sobretudo o não cumprimento do seu dever devido a esta emoção (Jones, 1921/2017). Adicionalmente, a crueldade da realidade de guerra, impossível de ser pensada, poderá fazer emergir a ambivalência entre o que é solicitado ao militar, e os seus padrões morais, podendo resultar numa completa ruptura (Litz et al, 2009). Assim, perante o confronto entre o Eu antes da guerra e as exigências do Eu que foi à guerra (Freud 1919/2010), poderão emergir posições ou atitudes de “como se” (“*as if*”, Winnicott, 1960), por forma a proteger o seu verdadeiro Eu das invasões do ambiente e dos seus constrangimentos de grande perigo (Pestre, 2014).

Assim, a partir dos relatos, apesar de se anunciar como combatente (i.e. pertencente ao grupo dos “atiradores”), estas funções não parecem ter sido totalmente assumidas, nem integradas. Ao assumi-las no plural e omitindo a sua participação activa na defesa, passa esta função para “eles” os soldados, fazendo transparecer o conflito entre duas posições de “si”,

claramente clivadas: o combatente (i.e., a posição de “atacante”, de quem defende activamente Portugal Ultramarino e a sua população) e o homem que tem medo e que se imobiliza ou amedronta perante o perigo (i.e., remetendo-se a uma posição de “atacado” ou de “passividade” perante o “inimigo”, caracterizado ao longo da narrativa como tendo “*um fogo mais forte, ou que assustava mais*”).

O lugar de vulnerabilidade e desvalorização “atribuído” a si mesmo, ou pelo menos revelado sobre si mesmo, parece ser compensado com a aderência à posição idealizada dos colonos portugueses, proprietários das fazendas que protegia. É curioso que na fase inicial da narrativa se refere à sua função nas fazendas como a de “protecção dos trabalhadores”, passando numa fase mais tardia para “protecção às fazendas” e “dar apoio aos fazendeiros”.

Freud refere este movimento de idealização no seu trabalho “A psicologia de Grupo e a análise do Ego (1915/2011): *“O objecto serve para substituir um ideal do próprio ego não atingido. Ele é “amado” por causa das suas perfeições, que se aspirou para o próprio ego, e que agora se gostaria de conseguir por esta via para satisfazer o seu narcisismo. (...) o Ego/Eu torna-se cada vez menos exigente, mais modesto, e o objecto, cada vez mais sublime, mais precioso; chega enfim a substituir/possuir a totalidade do amor-próprio do Ego/Eu”* (pág. 55). Para o autor, o líder desempenha num grupo o papel do ideal do ego. No caso de Tomé, apesar de militar português inserido numa hierarquia específica, fora destacado a prestar funções de protecção nas fazendas dos colonos portugueses, e a quem atribuiu a liderança, o destaque de figura idealizada, dotando-o de um poder tal que não o podia reivindicar para si próprio. Perante este, por contraposição, apresenta-se empobrecido (frágil) e com medo (passivo). Neste contexto, destaca-se a quase ausência de referências aos superiores hierárquicos militares, implicando, não a sua invalidação, mas a sua aparente “substituição”.

Tomé descreve os fazendeiros portugueses como mais desenvolvidos, tendo sido, a seu ver, responsáveis por desenvolver Portugal: “porque eles eram mais avançados em relação a nós”. Nas suas palavras, estes proporcionavam também boas condições para os atiradores: *“Os fazendeiros faziam comida própria para nós... faziam uma sopa, (...) um petisco, ou às vezes matavam lá um bezerro, ou caçavam (...) aquelas cabras do mato. Dava para o pelotão todo comer, estar ali satisfeitos”*. É curiosa a sequência de “oferendas” apresentada, que se inicia com uma sopa, com valor simbólico mais regredido, possivelmente onde se posicionava Tomé (i.e. vulnerabilidade e profundo medo), até à imagem mais agressiva do caçador de cabras do

mato, demonstrando a “força/poder” da figura idealizada e à qual aspirava. Aos fazendeiros eram ainda conferidos atributos fálicos (através das suas plantações de bananas e cenouras), que parecia não encontrar em si, e que ao aderir à posição deste, constituem a compensação e o garante da “estabilização temporária” da sua ambivalência identitária. Com o mesmo propósito de imobilização da sua posição identitária, desvaloriza os trabalhadores africanos que diz proteger.

Já no final da comissão parece assumir uma atitude mais activa com a sua posição de civil, tendo confessado ter tirado a carta de condução, ter ido procurar emprego, e feito uma viagem por Angola até ao Carnaval de Lobito e de Benguela. Apesar destas incursões por Angola, destaca-se sempre o seu posicionamento de passividade, parecendo assumir um lugar de observador, no qual nada é dele, e na qual parece não participar. Os relatos reduzem-se meramente à descrição pormenorizada e estéril dos locais por onde passou, do que comeu e bebeu, de onde dormiu, e às boleias que teve. Em relação à carta de condução, mais uma vez se retira como agente activo, contando que “fiz o mesmo que os outros todos”, como se essa experiência não pudesse ser uma conquista unicamente sua. Nos relatos de Tomé, bastante pormenorizados, extensos e com pouca emoção associada, assiste-se a o que se poderia considerar um pensamento operatório (Janin, 1996 cit. por Pestre, 2014). Ainda, o papel assumido como mero observador, poderá ser considerado como um modo defensivo reactivo à situação perigosa da guerra, e possivelmente ao traumatismo. Ferenczi e Abraham (1921/2017) destacam uma alteração regressiva de retraimento narcísico em alguns combatentes, que poderiam explicar este movimento em Tomé.

Guerra, violência e destruição

Tomé diz que a guerra começou para eles a bordo do navio Vera Cruz. Relata o seu incómodo pela partida recorrendo à descrição de um “amontoado” de soldados no porão, bem como as condições marítimas e atmosféricas adversas. O deslocamento de todos os sentimentos e pensamentos acerca da sua mobilização para a guerra, para estes aspectos mundanos, previnem a sua emergência, bem como a entrada em contacto com os afectos correspondentes. Tal como Afonso, recorre às percepções sensoriais para “falar” sobre o seu vivido (Schmid-Kitsikis, 2000 cit. por Pestre, 2014), e à sua semelhança é destacado o calor, as

condições marítimas (agitação) e o enclausuramento (a porta que se fecha no navio, e que estabelece o limite entre o passado seguro e o presente/futuro).

Diz que foram para *“uma das piores regiões de Angola em termos de combates”* e que *“o primeiro ano é que foi pior!”*. Reporta-se à desorientação, falta de controlo e de condições sentidos neste período, revelando a sua sensação de imensa fragilidade. Esta é reforçada pela assunção do medo sentido em diversos dos episódios relatados. Tomé recorre na sua narrativa à delimitação temporal dos episódios mais críticos, bem como ao regresso ao quartel, para conter o que deveria ter sido sentido como momentos infundáveis de pavor. Esta tendência não se verifica nos relatos do segundo ano de comissão, considerado por Tomé como tendo decorrido numa *“zona mais calma”*. Irrrompem, porém, ao longo da narrativa, episódios do seu primeiro ano, como se este tivesse ficado decalcado na *“pele”* e o qual fosse difícil esconder.

Na narrativa de Tomé são consideráveis os excertos dedicados ao *“adversário”*. Sequencialmente o adversário é assim designado ao longo da narrativa: *“outros”, “terroristas”* (fazendo a ressalva que era assim que lhes chamavam comumente *“aos indivíduos que nos combatiam”*), e finalmente *“inimigo”*.

Freud (1915/2020) relata a estratégia usada pelos promotores das guerras da atribuição de características de inferiorização e de desqualificação do adversário: *“Até mesmo a ciência perdeu sua desapaixonada imparcialidade; profundamente exasperados (...) para contribuir na luta contra os inimigos. O antropólogo tem que declarar o adversário como um ser inferior e degenerado, o psiquiatra tem que lhe diagnosticar uma perturbação espiritual ou psíquica”*.

Tomé assume as designações usadas à época, que extremam o adversário como alteridade radical e implacável, a quem atribui eximia capacidade de combate, quer seja pelo facto de os considerar engenhosos e astutos, como pela percepção de que o *“tiroteio deles”* ou *“era mais forte”*, ou *“assustava mais”*, declarando-os por fim como cruéis: *“os outros vinham e desfaziam aquilo e queimavam aquilo, e destruíam”, “vinham atacar os trabalhadores, e depois com as catanas matavam-nos. Eles se pudessem matavam-nos todos”*. Perante tal poder e crueldade por parte do inimigo, não há como não sentir medo, ou até mesmo pavor.

De acordo com Fornani (1966/1974), a guerra está fundamentalmente ligada ao axioma paranoide “mors tua vita mea” (a tua morte é a minha vida), cuja reflexo é a clivagem do mundo em partes que não se integram, nem misturam: nós Vs. eles; amigo Vs. Inimigo, relectando o pendor da posições esquizo-paranoide sugerido por Varvin e Rosenbaum (2015 cit. por Ferrajão, 2015). Neste sentido, a “identidade” do combatente é sempre construída em contraposição com a do “seu inimigo”, numa visão clivada, na qual “o bom objecto” é assumido pelo próprio, e o “mau objecto” é projectado sobre o “inimigo”. No caso de Tomé, a sua aparente fragilidade como combatente é contraposta com o excesso de poder atribuído ao “inimigo”, descrito como astuto e engenhoso, possuindo um tiroteio “*muito mais forte do que o nosso. (...) ou pelo menos assustava mais*”. Neste “mundo clivado”, tudo surge em oposição (bom/mau; forte/fraco; activo/passivo; corajoso/cobarde): perante as fragilidades sentidas por Tomé, o “inimigo” é relatado como poderoso, ou até mesmo “omnipotente”.

Adicionalmente, Tomé denuncia que não conseguia distinguir o “inimigo” da “tropa” contratada pelos fazendeiros, constituída por angolanos, referindo que ambas tinham fardas amarelas. A visão clivada da situação, a incerteza sobre quem é quem, aliada à sua função como “atirador”, numa posição de vigilância constante, poderá justificar que se tenha instalado uma lógica paranoide na atribuição de uma perigosidade extrema e desproporcionada ao “adversário”, quando comparado com as tropas portuguesas, e concretamente em relação às suas próprias capacidades.

Tal como Afonso, Tomé faz o balanço das baixas sofridas, sobretudo no primeiro ano de comissão. Estas são comunicadas com algum embaraço e um aparente distanciamento. À medida que a narrativa decorre são usadas expressões cada vez mais gráficas (e.g. “*daqueles que rebentaram*”). Destaca-se, também, o episódio em que conta detalhadamente o percurso do corpo de um companheiro de batalhão, “*a única baixa (...) em termos de combate*”. Tomé descreve pormenorizadamente o itinerário do corpo até à Metrópole, tendo ficado no quartel, segundo ele, uma ou duas semanas (diz não saber precisar). A degradação do corpo do camarada vai-se revelando na narrativa, com a deterioração da designação: primeiro designado como Fernando, passando a “ele”, seguindo-se de “corpo” ou “aquilo” quando “cheirava mal”. Perante a narrativa deduz-se que a convivência com o corpo deste companheiro, depois de morto, foi sentido como uma grande ameaça. Richard Rechtman (2006) no seu trabalho sobre o genocídio Cambodjano dos anos 70 do século passado, pode

observar o que designou por “paradoxo dos sobreviventes”. Os extermínadores (Khmers Vermelhos) deixavam os vivos com os mortos, como forma de os enlouquecer. Nestas condições, a fronteira simbólica que delimita vivos e mortos esbate-se, e os primeiros passam a ser privados da sua condição humana. Poderemos supor, no caso de Tomé, que aquele corpo, sempre presente, simbolizava não só a morte do companheiro, como também espelhava a morte de todos, como se se tratasse de um um duplo que não conseguiam silenciar.

Termina a sua narrativa reforçando a ideia de que os perigos poderiam surgir de todos os lados, independentemente dos esforços de protecção, recorrendo à seguinte imagem: *“Tivemos o cuidado de andar a pôr tabuinhas onde havia buraquinhos. Mas aquilo estava tudo bem tapado, não sei como é que o bicho (uma cobra) conseguiu ir lá para dentro”*. Reforça com este relato que o medo das “cobras que se metiam debaixo das camas” perdura até hoje: *“Ainda hoje, quando estou a dormir e ponho a mão para fora... ui... recolho logo!”*

O saudosismo do passado – a continuidade interrompida

O propósito encontrado por Tomé é distinto do de Afonso, sendo assumida a aderência à posição dos fazendeiros portugueses, como forma de justificar (e suportar) a sua ida para a guerra. Tomé dá sentido a partir das visões da época, sem colocar em causa. A primeira demonstração é evocada a partir da desorientação e falta de reconhecimento entre a Angola que conheceu (província ultramarina) e a Angola actual independente, a partir da qual declara *“Tenho pena de não ter aquele mapa antigo”*. A desfiguração da geografia vem associada à mudança da posição do colonialista face ao angolano. Verifica-se em Tomé a necessidade de manutenção do *“mapa antigo”* como garante do significado e sentido da sua ida para Angola, e da conservação da sua posição face ao angolano, evitando assim a instabilidade identificatória decorrente dessa constatação. Posiciona-se, ainda, para tentar assegurar a continuidade da sua experiência em Angola após a guerra, porém perante as reacções do pai e da namorada, desiste do regresso com pesar: *“tenho pena de não ir”*. A fantasia de “continuidade” que permanece até aos dias de hoje é denunciada pelo tempo verbal dito no presente. Estas atitudes de intolerância ou resistência às mudanças poderão constituir-se como mecanismos de combate à angústia que as mudanças implicam, espelhando que estas

se constituem como uma ameaça ao seu sentimento de identidade (Grinberg & Grinberg, 1998).

Assim, perante o final da guerra, e ao contrário de Afonso, Tomé expressa pesar pelas mudanças espoletadas e pela idealização que mantém dos tempos passados: *“Aquelas fazendas bonitas de café, está tudo abandonado (...) “quem via aquilo e quem vê... (...) Depois do 25 de Abril aquilo morreu tudo”.*

Discussão

No contexto deste estudo, o qual pretende contribuir para uma maior compreensão da vivência subjetiva dos participantes que foram mobilizados para a Guerra Colonial Portuguesa, serão aqui discutidos os aspectos comuns e diferenciadores em relação às dimensões subjectivas que foram destacadas pela análise dos dados das narrativas.

A partir do seu trabalho sobre a vida psíquica refugiados de Elise Petre (2014), e dada a semelhança entre a natureza dos eventos a que foram submetidos, do ponto de vista da ameaça vital e de destrutividade, poderá estabelecer-se alguns paralelismos entre estes e os combatentes conscritos. Na sua experiência clínica com requerentes de asilo, Elise Pestre, identifica duas categorias principais de testemunhos: narrativas que recorrem a mecanismos de defesa semelhantes aos da neurose (os processos são parcialmente elaborados, secundarizados, graças, nomeadamente, aos fenómenos de condensação e de deslocação, como verificados nos sonhos). Narrativas que se apoiam sobretudo em processos primários (clivagem, etc.). A partir da análise das narrativas no presente estudo, poderemos reconhecer que na narrativa de Tomé predominam os processos primários, nomeadamente: a clivagem do objecto, acompanhada de mecanismos de projecção, bem como de movimentos defensivos de idealização e desvalorização. Na narrativa de Afonso, predominam os mecanismos secundários, nomeadamente os processos de identificação, de deslocamento, de isolamento do afecto, de formação reactiva, de recalçamento, e de sublimação.

De uma forma geral, as narrativas apresentam um carácter muito descritivo, nas quais os detalhes do concreto e do funcional são explorados, sendo, em contraposição, omitidos pensamentos reflexivos, e silenciados os sentimentos sobre as vivências, como os descritos por Pestre (2014). Verifica-se, porém, em algumas partes das narrativas, a emergência de episódios vívidos e cobertos de simbolismo.

É espantosa a semelhança dos relatos das viagens de ida para a guerra em África de Afonso e Tomé. Ambos mencionam as condições de desigualdade a que se encontravam submetidos os diferentes militares, destacando as condições pouco dignas dos soldados. Perante estes relatos, poderá sugerir-se que as premissas apresentadas por Freud no seu texto “A Psicologia de Grupo e a Análise do Ego” (1921/2011) poderão ter sido colocadas em causa por Afonso e Tomé. Neste texto, Freud caracteriza dois grupos artificiais, a igreja e o exército,

cuja coesão é mantida através da simulação da ilusão de um chefe supremo que ama igualmente todos os indivíduos do grupo. No caso concreto do exército, o general é o pai, que ama igualmente todos os soldados, e por esta razão estes são camaradas entre si. Na hierarquia desta instituição, diz Freud, é mimetiza esta função de “pai” nos diferentes sub-grupos, i.e. cada capitão é tal como o general supremo, o “pai” da sua companhia, e cada sub-oficial o “pai” da sua unidade. Assim, cada individuo se encontra ligado ao líder, e aos outros indivíduos do grupo, de forma libidinal. Freud destaca que o principal fenómeno da psicologia de grupo é a ausência de liberdade do individuo nesse grupo, na medida em que as ligações afectivas estabelecidas com o líder e com os seus camaradas implicarão uma alteração e limitação da sua personalidade. Assim, Freud sugere que a estrutura e coesão do exército se estabelece e mantém, através da profunda convicção de que o líder “ama” e “protege” todos os soldados de forma igual, e por essa razão poderão manter a identificação entre si, e a idealização em relação ao líder. Não existindo nestes relatos igual tratamento entre os militares, poderá supor-se que em Afonso e Tomé se tenha instalado, pelo menos, a dúvida sobre esta premissa de “amor” e protecção iguais. Neste sentido, evocam-se sentimentos de identificação, no qual o lugar hoje ocupado por um camarada militar, poderá corresponder ao meu lugar num dia vindouro.

Quer Afonso, quer Tomé “substituem” a comunicação das inquietações que deverão ter sentido nessa viagem. “Omitem” o que para si representou, mas recorrem aos aspectos percepto-sensoriais para transmitir a angústia sentida: o calor, a exiguidade, o vedamento, a falta de condições e a impossibilidade de regresso (pelo menos imediato). A redução da vivência ao perceptivo, bem como o recurso ao concreto, dá conta da dificuldade da entrada em contacto e de elaboração dos aspectos, quer seja da ordem do recalçamento, ou do lugar da não-representação (Pestre, 2014). É precisamente o fracasso na representação simbólica da experiência traumática que autoriza e origina a percepção da recordação das experiências como uma reexperiência somato-sensorial da traumatização (Varvin 2003 cit. Ferrajão 2015). Leuzinger-Bohleber (2008 cit. Ferrajão 2015) denominou estas “reexperiências” como memórias corporificadas (*embodied memories*), nas quais se observa a reactivação das sensações corporais, afectos e fantasias vividas durante a traumatização. Supõem-se que este seja o fenómeno aqui presente, a viagem de ida poderia significar um não retorno, a morte,

que é para o próprio inconcebível, e sobretudo irrepresentável (Freud, 2015: “Considerações actuais sobre a guerra e a morte”).

Afonso e Tomé diferenciam-se na forma como se representam a si próprios, embora ambos recorram ao seu grupo de pertença e às funções que desempenhavam. Afonso inicia a sua narrativa “apresentando-se” ainda antes da mobilização para Moçambique, destacando o seu lugar de pertença originário em Portugal, através da sua profissão e da sua relação afectiva. Afonso declara assim que teria um lugar para onde regressar. Poderemos também supor que com recurso “ao antes da guerra” pretenda mostrar o seu verdadeiro Eu, aquele escolhido por si. Este representaria, como descrito por Grinberg e Grinberg (1976/1998) a identidade autêntica o “ser algo”. Parece razoável questionar se este foi “encontrado” por Afonso depois da experiência de guerra.

O contexto no qual se desenrolou a experiência, e as funções que desempenharam, poderá ter determinado a forma se posicionaram durante o período de guerra.

Afonso, mobilizado para Moçambique, dá conta de uma experiência repleta de destrutividade, num cenário de guerra com conflito permanentemente activo, tendo, contudo, desempenhado funções operacionais, que reforça ao longo da narrativa. Este reforço contante salienta a tentativa feroz de se distanciar perante a aquela guerra. Esta tentativa de distanciamento, chegando ao impulso de fuga foi actuada (acting out) ainda no início da narrativa e antes da partida para Moçambique: *D’epois numa altura em que estava como Sargento de Dia... não cumpri as 24 horas como Sargento de Dia... fui apanhado com um castigo de 10 dias detenção*. A sua narrativa demonstra o esforço de contenção da destrutividade latente dos relatos, fixando-se em descrições exaustivas de todos os percursos, da declaração recorrente sobre o seu papel na criação de condições e construção de estruturas militares e civis. Poderá colocar-se como hipótese que perante a dimensão da destrutividade a que assistiu, ao atender-se unicamente nas suas tarefas de operacional garantiu a sua sobrevivência psíquica. Afonso parece dar sentido à sua experiência precisamente a partir das suas funções, quer na participação na melhoria e construção de novas infraestruturas, que era a missão da sua companhia, como nas suas funções específicas de descifração de mensagens militares. Grinberg & Grinberg (1998) destacam a importância da participação activa como forma de combater as angústias perante as mudanças sociais. Neste caso, torna-

se ainda mais relevante, dada a inundação de violência e destrutividade vivenciadas, e declaradas com a confissão: *“estávamos convencidos que não vínhamos mais”*.

Não poderá, contudo, excluir-se, outras alternativas ao recurso rígido dos papéis que desempenhava. Perante tamanha violência e destruição, como escapar aos sentimentos de violência primitiva como resultado da revolta? Freud (2015) sugere que apesar do processo de aculturação, as nossas pulsões primárias são mantidas. Neste sentido, as suas funções operacionais, activamente assumidas e executadas poderão não testemunhar uma carapaça ou escudo de protecção contra a violência externa, mas também uma “barreira” de encobrimento contra a raiva ou a sentimentos de crueldade e agressividade sentidos por Afonso, no seu “papal” de testemunha “em primeira mão” de actos de destruição e violência. Ernest Jones (1921/2017) sugere que o recurso a mecanismos de formação reactiva estariam presentes em indivíduos com neuroses de guerra. Assim, estes sentimentos de crueldade seriam clivados e substituídos por sentimentos socialmente aceitáveis. No caso concreto de Afonso, o seu “combatente” interno transformou-se externamente num operacional convicto. O reforço quase até à exaustão parecem denotar precisamente isso.

No trabalho de Ferrajão (2015) é proposto que a prática de violência origina uma discrepância entre as representações do Eu, ao passo que o testemunho de violência e a exposição ao combate, ambos de natureza passiva, originam a discrepância entre as representações do Eu, dos outros e do mundo. Lee e colaboradores (2001 cit. por Ferrajão) verificaram que a exposição passiva a acontecimentos traumáticos origina uma representação do Self como fraco e desamparado face à sua incapacidade em impedir a violência dos outros e do contexto de guerra. Esta observação está em consonância também com a necessidade da construção de um papel “protésico”, cuja função de escudo ou carapaça garantiria não só a protecção contra a violência externa, mas também a conferência de uma representação de si que contrarie essa fragilidade.

A narrativa de Tomé dá conta de dois períodos distintos, que sugerem ter inscrições muito próprias no psiquismo de Tomé. Para este, *“o primeiro ano é que foi pior!”*. Nesse período os relatos de Tomé reflectem o sentimento de grande fragilidade (e.g. desorientação, falta de controlo e falta de condições). Ao longo da narrativa, irrompem sucessivos relatos das situações mais perigosas desse período, quebrando a aparente cadeia associativa e denunciando o impacto em si, bem como a falta de elaboração dessas experiências.

Tomé recorre à primeira pessoa do plural desde o início da entrevista e em resposta à questão que individualiza a sua experiência (*“assentámos praça, (...) formámos o batalhão, (...) fomos mobilizados”*). Também é através do plural que anuncia as suas funções de “atiradores”. Neste contexto, o recurso ao “nós”, como um bloco indiferenciado, parece não só esconder a intolerabilidade da vivência individual, mas também a de camuflar o conflito entre a imagem que julgava ter de projectar (a de combatente corajoso), e a sua imagem desvalorizada, na qual chega a identificar-se com um animal amedrontado. O recurso ao nós usado tentativa de esconder o conflito e a garantir a aparente “integridade da imagem” das suas funções, descobre essas fragilidades. Assim, perante a reprovação moral a um combatente com medo (Jones, 1921/2017), é autorizada a criação de posturas “as if” (proposto por Winnicott), como tentativa de manutenção das “ilusões” narcísicas, às quais são constantes os ataques em tempo de guerra (Pestre, 2014).

De acordo com a análise da narrativa de Tomé parece assistir-se a um desequilíbrio da interacção dialéctica entre as posições esquizo-paranóide, autístico-contígua e depressiva, como sugerido por Varvin e Rosenbaum (2015 cit. por Ferrajão, 2015), no sentido da posição esquizo-paranóide, traduzindo-se na ausência de um bom objecto interno priva o sujeito de um continente onde possam ser projectados os conteúdos mentais intoleráveis. Em Tomé, quer os objectos, como o próprio surgem clivados, numa sucessão de opostos que nunca se tocam e que representam ora o “bom”, ora o “mau”: Combatente “corajoso” Vs. “cobarde”; Forte Vs. Fraco; Nós Vs. Eles; Aliado Vs. Inimigo; Metrópole Vs. Ultramar; e de forma não explícita Branco Vs. Negro. As partes agressivas do Eu são então projectadas sobre os objectos, e sujeito é confrontado com a emergência de ansiedades paranóides primitivas acerca da crueldade e força dos maus objectos. Assim, Tomé apresenta-se desvalorizado, contrapondo-se ao inimigo “todo poderoso, onnipotente”.

A desvalorização de si autoriza também a imagem idealizada do fazendeiro colono português que *“eram mais avançados”* e que *“faziam comida própria para nós”*, mas esta tem um sentido distinto. Parecem cumprir-se aqui condições semelhantes às descritas por Freud (1921/2011) para o estabelecimento e manutenção de coesão dos grupos militares: 1) não só o Fazendeiro tem mais poder do que Tomé, como é “mais avançado”; como 2) demonstra o seu “afecto” e protecção através da alimentação (elemento regressivo). Este poderia representar o “objecto ideal”, com o qual o Eu da posição esquizo-paranóide se pretende

fundir, com vista à aniquilação do mau objecto, e das partes más do Eu, como proposto por Klein. A projecção de boas partes do Self nos objectos conduz a que as mesmas sejam sentidas como perdidas, perpetuando-se desta forma o sentimento de enfraquecimento e empobrecimento do Ego (Klein, 1946).

Neste sentido, o sentido da ida para a guerra em Tomé parece ser dado a partir da aderência às visões da época, e à necessidade de manutenção do “mapa antigo”, numa tentativa de fusão com o “objecto ideal”, evitando a instabilidade identificatória decorrente das mudanças não só geográficas, como da posição do português face aos africanos das antigas colónias: Angola, Moçambique e Guiné, resultantes com o término do período de guerra, e a queda do regime.

Conclusão

Neste estudo foi proposto analisar a experiência subjectiva de homens conscritos mobilizados para a Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974), visando à sua compreensão. Foram recolhidas entrevistas a dois participantes, ambos com 73 anos, mobilizados para a Guerra Colonial entre 1972 e 1974, Afonso para Moçambique, Tomé para Angola. A análise das suas narrativas foi realizada com recurso aos postulados do Método das Narrativas de Associação Livre proposto por Hollway e Jefferson (2000).

As narrativas de Afonso e Tomé são profundamente descritivas e cobertas com detalhes concretos, acompanhados da emergência de conteúdos somato-perceptivos, dão conta da objectivação da experiência e do comprometimento da capacidade de pensamento simbólico, possivelmente demasiado dolorosas para serem pensadas. Contudo, o efeito do contexto, interno e externo, parece ter contribuído para a definição dos fenómenos psíquicos a que recorrem para lidar com as vivências de destrutividade da guerra.

Para Afonso, a protecção ao traumático parece ser acedida com recurso a papéis, que funcionam como prótese, e escudo, contra o interno (sentimentos de agressividade e de desvalorização) e o externo (a destrutividade). Tomé, por sua vez, como combatente, destaca-se o recurso a estratégias com maior tarifa regressiva, na medida em que recorre a movimentos de clivagem, com pendor para a posição esquizoparanóide. O próprio, os objectos e o mundo tornam-se divididos em bom e mau, e dadas as projecções constantes do mau, para o alívio da ansiedade persecutória, e do bom nos objectos idealizados, com objectivos fusionais, o sentimento de enfraquecimento e empobrecimento do Ego, é mantido perpetuamente, até que seja quebrado este ciclo, através da elaboração do vivido.

A sobrecarga psicológica de uma vivência de guerra não poderá ser suportada pelo indivíduo de forma isolada, porque, para recuperar o sentido, terá de ser acompanhada por um processo cultural que se desenrola ao longo do tempo, com o intuito de religar as vivências subjectivas dos sujeitos num contexto de abertura à comunidade que permita significações. Infelizmente, os ex-combatentes da guerra colonial portuguesa foram submetidos à violência do silenciamento das suas vivências, que, antes e depois do 25 de Abril, foram “interditadas”

do espaço e do debate público. Como refere Douville (2003), por vezes, não é de falar, mas de ser falado, que os sobreviventes de uma “catástrofe” precisam.

Referências Bibliográficas

- Antunes, M., J., L. (2022) A crack in everything: Violence in soldiers' narratives about the Portuguese colonial war in Angola. *History and Anthropology*, 33, 611-630, DOI: 10.1080/02757206.2020.1786381
- Aragão Oliveira, R. (2022). Intervenção Clínica no Trauma: Implicações Terapêuticas. *Revista Portuguesa De Psicanálise*, 42(1), 65–73. <https://doi.org/10.51356/rpp.421a6>
- Bruno Sena Martins, B.S. (2015). Violência colonial e testemunho: Para uma memória pós-abissal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, 105-126. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.5904>
- Campos, Â. (2008). "We are still ashamed of our own history". Interviewing ex-combatants of the Portuguese colonial war (1961-1974). *Lusotopie*, 15, 107 – 126. doi: 10.1163/176830808786933247
- Douville, O. (2003). Du choc au trauma... il y a plus d'un temps. *Figures de la psychanalyse*, nº8, 83-96. <https://doi.org/10.3917/fp.008.0083>
- Falcão Rosado, F., Neves, T. S., & Marques, M. E. (2015). Inquietante Scientia: Pensar o campo epistemológico da psicanálise. *Revista De Psicanálise Da SPPA*, 22(1), 21–50. <https://doi.org/10.5281/sppa.revista.v22i1.124>
- Ferenczi, S. (1992) Dois tipos de neurose de guerra: histeria. In. Ferenczi, Sandor. Psicanálise, 2. Martins Fontes Editores. p.259-73. (Obras Completas, 2). (texto originalmente publicado em 1916).*
- Ferenczi, S., Abraham, K., Simmel, E., Jones, E., Freud, S. (2017) Psycho-Analysis and the War Neuroses. The International Psycho-Analytical Library Nº 2. Retrieved from The Project Gutenberg www.gutenberg.org (Trabalho original produzido em 1918 e 2019, e publicado em 1921).
- Fornari, F. (1974). *The psychoanalysis of war. (Traduzido por A. Pfeifer)*. Anchor Books. (Texto original publicado 1966)
- Freud (2010) Porquê a guerra? (carta a Einstein). in Sigmund Freud Obras Completas, Vol. 18 – O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936) (Traduzido por Paulo César de Sousa), Págs. 237 - 250. Companhia das letras. (texto original publicado 1932).
- Freud (2010). Introdução a psicanálise das neuroses de guerra. *In Sigmund Freud Obras Completas, Vol. 14 – História de uma Neurose Infantil ("O Homem dos Lobos"), Além do Princípio do Prazer e outros textos (1917-1920)* (Traduzido por Paulo César de Sousa), Pág. 288 - 292. Companhia das letras. (texto originalmente publicado 1919).
- Freud (2011). Psicologia das Massas e Análise do Eu (Psicologia de Grupo e a Análise do Ego). *In Sigmund Freud Obras Completas, Vol. 15 – Psicologia das Massas e Análise do Eu e*

- outros textos (1920-1923)* (Traduzido por Paulo César de Sousa), Pág. 10 - 100. Companhia das letras. (Texto original publicado 1921).
- Freud, S. (2010). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. In Sigmund Freud Obras Completas, Vol. 12 – Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916) (Traduzido por Paulo César de Sousa), Pág. 156-184. Companhia das Letras (Texto original publicado 1915).
- Furtado, J. (2012). *A Guerra* [Documentário]. RTP.
- Grinberg, L., Grinberg, R. (1998). *Identidade e mudança*. Climepsi. (Texto original publicado 1976)
- Hollway, W & Jefferson, T (2008). The free association narrative interview method. In: Given, Lisa M. ed. *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods*. SAGE Publications., pp. 296–315.
- Hollway, W. & Jefferson, T. (2000). *Doing qualitative research differently: Free association, narrative and the interview method*. SAGE Publications.
- Klein, M. (1946). Notes on some schizoid mechanisms. *The International Journal of Psychoanalysis*, 27, 99-110.
- Litz, B. T., Stein, N., Delaney, E., Lebowitz, L., Nash, W. P., Silva, C., & Maguen, S. (2009). Moral injury and moral repair in war veterans: A preliminary model and intervention strategy. *Clinical Psychology Review*, 29, 695-706. doi:10.1016/j.cpr.2009.07.003
- Maia, Â., McIntyre, T., Pereira, M. G., & Fernandes, E. M. (2006). Por baixo das pústulas da guerra: Reflexões sobre um estudo com ex-combatentes da guerra colonial. In M. Gama (Ed.), *A guerra colonial (1961-1974)* (pp. 11-28). Braga, Portugal: Universidade do Minho - Centro de Estudos Lusíadas.
- Marques, M. E. (2001). *A Psicologia Clínica e o Rorschach: Modelos de observação e teorias das transformações em Psicologia Clínica*. Climepsi. (trabalho original publicado em 1999).
- Pestre, E., (2014) *La vie psychique des réfugiés*. Payot & Rivages.
- Rechtman R. (2006). The Survivor's Paradox: Psychological Consequences of the Khmer Rouge Rhetoric of Extermination. *Anthropology & medicine*, 13(1), 1–11. <https://doi.org/10.1080/136484705005162287>
- Rosenbaum, B., & Varvin, S. (2007). The influence of extreme traumatization on body, mind and social relations. *International Journal of Psycho-Analysis*, 88, 1527-1542. doi: 10.1516/ijpa.2007.1527